



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

**O Turismo como Salvaguarda do Património
Arquitectónico
Recuperação do Edificado na Ilha do Pico - Açores**

Rui Pedro de Sousa Medeiros

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Michael Heinrich Josef Mathias

Covilhã, Outubro de 2014

Dedicatória

Esta dissertação de mestrado é dedicada a todos aqueles que como eu sentem uma imensa nostalgia em relação aos edifícios antigos, principalmente aqueles que surgem antes do advento do betão armado sendo na sua maioria construídos em alvenaria de pedra, apresentando-se como um exemplo da capacidade do ser humano em adaptar os materiais disponíveis às suas necessidades, mostrando o seu engenho, deixando assim para as gerações vindouras as suas marcas de identidade, naquilo a que hoje chamamos de património, o qual merece ser valorizado e preservado para que a nossa história possa ser contada fora do âmbito dos livros, e possa ser assim mais do que algo do passado mas sim algo que se alongará para o futuro ou por outro lado seja o motor de desenvolvimento para um futuro que se apresenta incerto mas que certamente se aproxima a passos largos.

Agradecimentos

Quero agradecer a todos aqueles que acreditaram em mim e nas minhas capacidades, em especial à minha família por todo o apoio, com um apreço especial a Valéria Nascimento, pelo companheirismo inquestionável e acima de tudo por ter conseguido ser sempre uma pessoa que nos momentos mais difíceis conseguiu dar de si para que este projecto atingisse o seu final, a todos o meu obrigado!

Prefácio

*...ESTA TERRA: - calcinada pela lava, banhada por ondas alterosas,
envolta em densas névoas,*

*...ESTA GENTE: -NELA pompeou labor honesto e persistente de quem,
sobre destroços e ruínas, ergue:*

Rincão de Maravilhas

In "Esta Terra Esta Gente" de Idalmiro Ferreira¹

¹ Ferreira, Idalmiro "Esta Terra Esta Gente", São Roque do Pico: Câmara Municipal, 1992, p. 14

Resumo

Nesta dissertação irá estudar-se a relação do passado arquitectónico com o desenvolvimento actual do turismo, neste caso em concreto com o turismo dos Açores, mais designadamente na ilha do Pico. Como industria potenciadora do desenvolvimento regional, o turismo tem mostrado sinais de fortalecimento e é cada vez mais a maior fonte de rendimento para as pequenas e médias empresas regionais. Nesta dissertação, tentar-se-á mostrar como no nosso passado, (entendendo passado como património) está a riqueza a explorar no presente para potenciar o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Através de um caso de estudo, irão aplicar-se as regras actuais para o desenvolvimento de um projecto sustentável, que respeite o local e o edifício a ser restaurado, tentando sempre aproximar a população local para esse esforço, através do seu conhecimento próprio, o qual não se encontra escrito nos livros mas que foi sim passado de geração em geração.

Palavras-chave

Turismo, Açores, Desenvolvimento, Património.

Abstract

This dissertation will study the relationship of our architectural past with the present development of tourism in this particular case with tourism in the Azores, most notably on the island of Pico. As a industry that potentiates regional development, tourism has shown signs of strengthening and is becoming the largest source of income for small and medium-sized regional companies. In this dissertation, we will be trying to show how in our past (understanding the past as heritage) is the wealth to explore in the present and how it can enhance the future of the Azores.

Through a case study, we will apply the current rules for the development of a sustainable design that respects the site and building to be restored, always trying to bring local people to this effort through their own knowledge, which is not written in books but rather was passed from generation to generation.

Keywords

Tourism, Azores, Development, Heritage.

Índice

Introdução	- 1 -
Capítulo 1- Região Autónoma dos Açores	- 3 -
1.1- Enquadramento histórico	- 3 -
1.2- Enquadramento geográfico	- 4 -
1.3- Relevo e morfologia	- 5 -
1.4- Clima	- 6 -
1.4.1- <i>Temperatura</i>	- 7 -
1.4.2- <i>Precipitação</i>	- 7 -
1.4.3- <i>Humidade</i>	- 7 -
1.4.4- <i>Vento</i>	- 7 -
Capítulo 2- Turismo	- 9 -
2.1- Definição	- 9 -
2.2- Turismo em espaço rural.....	- 9 -
2.2.1 - Noção de empreendimentos de turismo no espaço rural.....	- 10 -
2.2.2 - Espaço rural.....	- 10 -
2.3 - Turismo de Habitação / Agro-Turismo	- 11 -
2.3.1 - Agro-turismo.....	- 11 -
Capítulo 3- Ilha do Pico, Açores.....	- 13 -
3.1- Localização	- 13 -
3.2- História	- 14 -
3.3- Sismicidade	- 14 -
3.4- Clima.....	- 14 -
3.5- Economia.....	- 15 -
Capítulo 4- São Roque do Pico	- 17 -
4.1- Sobre a habitação tradicional de S. Roque do Pico.....	- 17 -
4.2- Capital do Turismo Rural.....	- 20 -
4.3- Edifícios recuperados para o Turismo	- 22 -
4.3.1- Casa do Ouvidor	- 23 -
4.3.2- Convento de São Pedro de Alcântara (Pousada da Juventude)	- 24 -

4.3.3- Museu da Industria Baleeira	- 25 -
Capítulo 5- Reabilitação de edifícios	- 27 -
5.1- Áreas de inspecção	- 28 -
5.2- Anatomia dos edifícios	- 29 -
5.3- Inspeção <i>in situ</i>	- 30 -
5.4- Alvenaria de Pedra - Ilha do Pico	- 32 -
5.5- Madeira - Ilha do Pico.....	- 35 -
Capítulo 6- Caso de estudo.....	- 37 -
6.1- Passal de Santo Amaro - Ilha do Pico Açores	- 37 -
6.2- Memória Descritiva	- 43 -
6.2.1 - Introdução	- 43 -
6.2.2 - Adequabilidade do projecto	- 43 -
6.2.3 - Descrição do existente	- 43 -
6.2.4 - Descrição do Proposto	- 45 -
6.2.5 - Áreas e Índices.....	- 47 -
6.2.6 - Construção	- 47 -
6.2.6.1 - Estrutura e fundações	- 47 -
6.2.6.2 - Paredes	- 48 -
6.2.6.3 - Pavimentos	- 48 -
6.2.6.4 - Tectos	- 48 -
6.2.6.5 - Cobertura	- 48 -
6.2.6.5 - Caixilharias.....	- 48 -
6.2.6.5 - Ventilação	- 49 -
6.2.6.6 - Acessibilidades.....	- 49 -
6.3- Peças desenhadas	- 51 -
Conclusão	- 73 -
Bibliografia	- 75 -
Anexo I	- 77 -

Lista de Ilustrações

- Ilustração 1. Luís Teixeira mapa dos Açores (c. 1584)** - 3 -
Fonte: http://www.azoresweb.com/images/Azores_old_map.jpg
- Ilustração 2. Localização do arquipélago dos Açores** - 5 -
Fonte: <http://www.azores.gov.pt>
- Ilustração 3. Relevo das ilhas da RAA** - 6 -
Fonte: <http://www.azores.gov.pt>
- Ilustração 14. O que fazer** - 11 -
Fonte: <http://www.visitazores.com/pt-pt/experience-the-azores>
- Ilustração 4. Pôr do sol na vila das Lajes, Ilha do Pico, Açores** - 13 -
Fonte: Jorge Blayer Góis - 7 de Abril de 2011
- Ilustração 5. Concelho de São Roque do Pico e distribuição por freguesias**..... - 17 -
Fonte: www.municipiosrp.pt/Default.aspx?Module=Artigo&ID=58
- Ilustração 6. Casa típica em "U"** - 19 -
Fonte: http://www.inventario.iacultura.pt/pico/sroque_fichas/63_289_4.html, ficha nº 45
- Ilustração 7. Casa típica em "L"**..... - 19 -
Fonte: http://www.inventario.iacultura.pt/pico/sroque_fichas/63_289_4.html, ficha nº4
- Ilustração 8. Logótipo Capital do Turismo Rural** - 21 -
Fonte: Município de São Roque, Manual de Normas Gráficas
- Ilustração 9. Casa do Ouvidor - antes** - 23 -
Fonte: http://www.inventario.iacultura.pt/pico/sroque-fotos/38/1_f.jpg
- Ilustração 10. Casa do Ouvidor - depois** - 23 -
Fonte: <http://www.acasadoouvidor.com/media.php>
- Ilustração 11. Fachada Principal do convento de São Pedro de Alcântara, actual Pousada da Juventude** - 24 -
Fonte: www.inventario.iacultura.pt/picosroque-fotos50g50.jpg
- Ilustração 12. Maqueta da requalificação do Museu e da área envolvente** - 25 -
Fonte: <http://rpar.pt/Main/2010.html>
- Ilustração 13. Monumento em homenagem ao Baleeiro** - 26 -
Fonte: <http://olhares67.files.wordpress.com/2010/11/picosc3a3oroquepico.jpg?w=812>
- Ilustração 15. Observação de anomalias no local - Passal de Sto. Amaro, Ilha do Pico, Açores** - 27 -
Fonte: Rui Medeiros
- Ilustração 16. Degradação da parede divisória, do soalho e da parede "mestra"** - 30 -
Fonte: Rui Medeiros
- Ilustração 17. Alvenaria de pedra interior rebocada a barro e cal com evidentes problemas de degradação** - 31 -
Fonte: Rui Medeiros
- Ilustração 18. Desagregação de algumas das partes constituintes da alvenaria** - 31 -
Fonte: Rui Medeiros

Ilustração 19. Alvenaria ordinária	32 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 20. Alvenaria aparelhada poligonal rústica	33 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 21. Remate da junta com argamassa de cimento e areia	34 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 22. Alvenaria de pedra pelo exterior da parede e alvenaria de bloco de cimento pelo interior	34 -
Fonte: Valéria Nascimento	
Ilustração 23. Passal de Santo Amaro - Ilha do Pico Açores	37 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 24. Interior do Passal com evidentes marcas de degradação	38 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 25. Interior do Passal, servindo de arrumos gerais.....	39 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 26. Pormenor da execução da cobertura em Criptoméria e paredes sem reboco	39 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 27. Vão de porta em cantaria, porta inexistente	40 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 28. Parede Mestra do Piso 0, evidente degradação e falha estrutural.....	40 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 29. Pormenor da cobertura	41 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 30. Solução empreendida para subida da cobertura na empena da cozinha -	41 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 31. Vegetação envolvendo o edifício, contribuindo para a degradação	42 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 32. Ligação entre existente e posterior aumento do edifício.....	42 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 33. Falhas evidentes nas fachadas e cobertura	44 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 34. Falhas evidentes nas divisórias em tabique	45 -
Fonte: Rui Medeiros	
Ilustração 35. Estado de conservação do piso térreo, soalhos em mau estado.....	45 -
Fonte: Rui Medeiros	

Lista de Tabelas

Tabela 1. Classificação dos danos causados por ensaios não totalmente não destrutivos-22-

Fonte:Coias, Vitor *in* Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios, pp 09

Tabela 2. Fases da intervenção em que os métodos de inspeção e observação são aplicáveis.....-23-

Fonte:Coias, Vitor *in* Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios, pp 10

Tabela 3. Partes constituintes de um edifício.....-23-

Fonte:Coias, Vitor *in* Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios, pp 26

Lista de Acrónimos

GRP	Gabinete de Relações Públicas
UBI	Universidade da Beira Interior
DREPA	Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores
RAA	Região Autónoma dos Açores
WNW-ESSE	Oeste Noroeste - Este Su-sudeste
PDM	Plano Director Municipal
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira

Introdução

Sendo o Turismo uma das indústrias com maior desenvolvimento na actualidade, urge compreender de que forma este influencia os locais onde este mais se desenvolve, de que maneira, seja positiva ou negativamente, o Turismo contribui para que as populações locais possam dele usufruir de um modo que a sua cultura e identidade sejam preservadas, através de um cuidado estudo sobre o que é o seu património, como e o que reconstruir ou restaurar, para que esse património arquitectónico possa ser usado ou mantido.

Esta dissertação tem por intenção mostrar de que forma o turismo tem contribuído para a restauração, requalificação e ou recuperação do património arquitectónico, valorizando as suas qualidades num mercado muito competitivo, apostando no melhoramento da qualidade de vida das populações e num desenvolvimento sustentável.

Iremos numa abordagem inicial perceber como se enquadra a RAA no panorama nacional, onde se localiza e quais as suas características mais marcantes, pois, estamos a falar de ilhas e não de uma massa continental, ainda mais quando as mesmas se encontram numa zona condicionada por factores climáticos, geomorfológicos e sismológicos muito próprios.

Partindo de uma definição mais geral sobre o que é o Turismo iremos focar a nossa investigação sobre o turismo nas ilhas da Região Autónoma dos Açores (RAA), em que se baseia, que estratégias tem sido adoptadas e exemplos de edifícios já recuperados e actualmente utilizados pelas entidades públicas ou privadas relacionadas com o turismo.

É importante referir que o Turismo rural será aquele que terá maior destaque nesta dissertação, pois, é o que mais se aproxima da pretensão da mesma, isto é, relacionar o aumento da procura turística com o aumento da procura por elementos próprios e marcantes do local, como por exemplo edifícios recuperados para utilização pelos turistas, no âmbito do espaço rural.

O concelho de São Roque do Pico assume-se no panorama nacional como Capital do Turismo Rural tendo feito um grande esforço por se colocar na linha da frente no que respeita a aproveitar esta fonte de rendimento que tende a crescer, valorizando tanto a ilha como o arquipélago.

Será este o local escolhido para um estudo mais aprofundado, já que no que diz respeito à recuperação de edifícios para uso pelo turismo, estamos perante a zona na ilha que mais tem contribuído para a exploração desta fonte de riqueza, tendo actualmente para além de uma pousada da juventude, que se encontra num Convento restaurado para o efeito, outros exemplos de recuperações de sucesso, contando já com cerca de trinta casas recuperadas.

Importa saber como e o que classificar como património, ou quais os edifícios que apresentam possibilidades reais de recuperação, estando ou não inseridos no espaço rural, se bem que numa ilha como o Pico, na qual não existe nenhuma cidade, o espaço rural é quase toda a ilha em si.

Outra consideração a ter em conta sobre o que recuperar é o facto de nem tudo poder ser considerado como património, não perdendo a virtude de se tratarem de edifícios com características que os aproximam daquilo que poderia ser considerado mas que não respeitam as imposições feitas pelos organismos regentes, apesar da consideração própria que alguns edifícios possam ter, quer seja valor de carácter histórico ou mesmo pessoal.

Capítulo 1- Região Autónoma dos Açores

1.1- Enquadramento histórico

"Como lema, que pode ler-se nas armas da bandeira dos Açores, os açorianos têm: "ANTES MORRER LIVRES QUE EM PAZ SUJEITOS"².

Será difícil datar com exactidão a descoberta do arquipélago dos Açores, assumindo-se o ano de 1432 como aquele em que Gonçalo Velho Cabral terá descoberto a ilha de Santa Maria, tendo a partir de 1439 todas as ilhas sido colonizadas inicialmente, na sua maioria por gentes do norte do país, principalmente do Minho e num período posterior por gentes do Algarve e Alentejo. Em 1457 já todas as ilhas haviam sido visitadas, durante os seguintes séculos, o Norte de França e a Flandres iriam contribuir também para o esforço de colonização das ilhas.

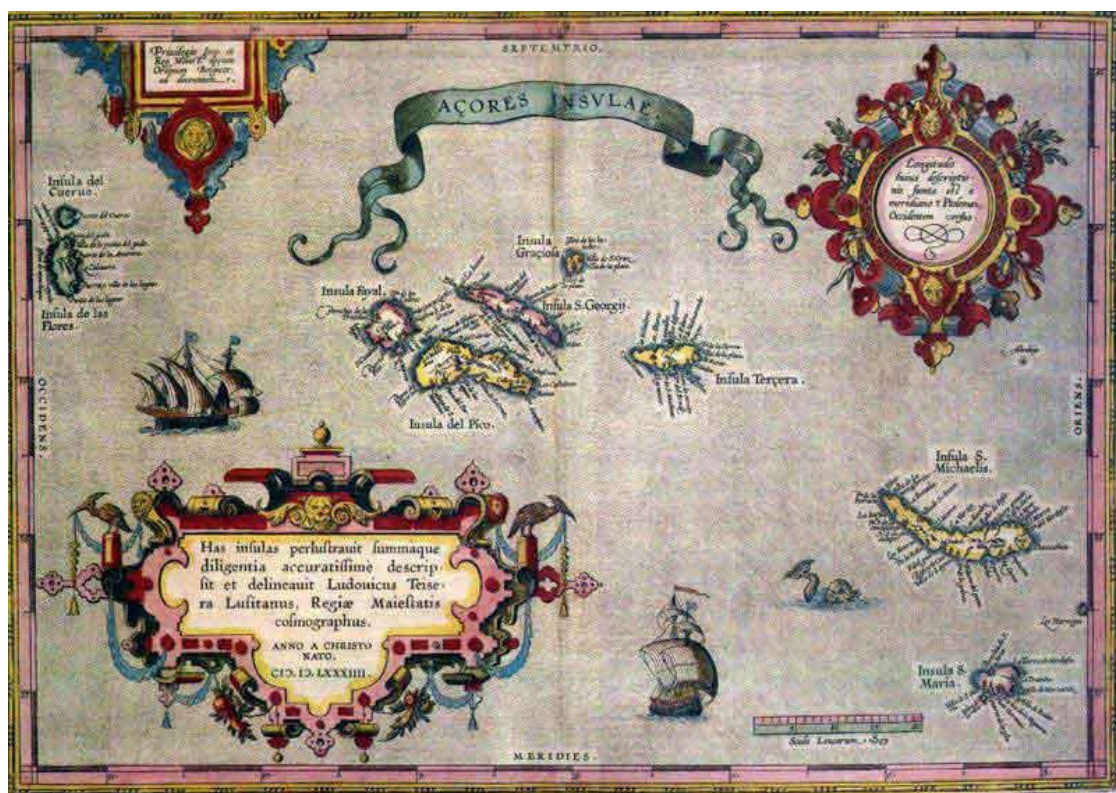


Ilustração 1. Luís Teixeira mapa dos Açores (c. 1584)

As ilhas do arquipélago seguem uma orientação de Este para Oeste em relação a Portugal continental, daí que seja natural que o descobrimento das ilhas tenha sido feito nesse sentido, assim, após a descoberta de Santa Maria seguiu-se São Miguel, formando estas duas o actual Grupo Oriental. Seguidamente as ilhas do Grupo Central foram descobertas, começando pela Terceira, precedendo a Graciosa, São Jorge, Pico e Faial. Finalmente no ano de 1452 avistam-se Flores e Corvo, estando assim completos os três grupos com a inclusão do Grupo Ocidental.

² História dos Açores - www.azoresweb.com/historia_azores.html, consultado a 16/07/2014

O domínio espanhol sobre Portugal, que se deu entre 1580 e 1640, provocou um certo declínio na economia do arquipélago, muito devido às intensas lutas travadas entre corsários espanhóis e ingleses nos mares dos Açores. Apesar de tudo, com a recuperação da soberania portuguesa sobre o país e ilhas, os Açores, com a sua localização geográfica estratégica, tornam-se um ponto de referência, como porto de paragem das embarcações que nos séculos XVI e XVII faziam as ligações entre as Américas, África, Ásia e Europa.

A fuga de D. João IV para o Brasil, em conjunto com as invasões francesas na Península Ibérica juntamente com o desaparecimento de um grande conjunto de restrições sobre o comércio, vieram dar um novo fôlego à economia dos Açores, tendo mesmo na ilha Terceira sido estabelecido a capital do reino, sobre regência da rainha D. Maria II.

Entre os anos de 1836 e 1976 foram os Açores divididos em distritos, os quais não reflectiam a distribuição natural das ilhas mas sim a importância das suas capitais de distrito, ou sejam, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

No ano de 1976 os Açores recebem o título de Região Autónoma dos Açores, tendo desaparecido a divisão por distritos, situação que se mantém até aos nossos dias.

1.2- Enquadramento geográfico

Os Açores pela posição que ocupam no Atlântico Norte, isto é, entre os paralelos 36° 55' 43'' e 39° 43' 02'' N e os meridianos 24° 46' 15'' e 31° 16' 02'' W, são fortemente marcados pelo isolamento, dando assim características muito próprias ao arquipélago, em que se faz sentir a "insularidade" de uma forma muito própria, a qual se manifesta na maneira de ser e estar dos seus habitantes. Assim, localizando-se a cerca de 1430 km do Continente Europeu e a cerca de 3900 km da América do Norte o arquipélago apresenta uma orientação WNW-ESSE devido à disposição tectónica regional, a qual continua a provocar sismos de maior ou menor intensidade, sentidos com mais ou menos frequência.

A distância máxima entre ilhas é de cerca de 340 milhas náuticas, ou sejam, 630 km, o que representa a distância entre Santa Maria e Corvo.

Com uma superfície total que ronda os 2334 km², São Miguel, Pico e Terceira contam com cerca de 70% desta área, ficando reservado às restantes seis ilhas os outros 30% de área. Os Açores representam apenas 2.6% da área total do território português (88797 km²).

*"Atendendo aos critérios da UNESCO, que define "pequenas ilhas" como superfícies insulares com área inferior a 1 000 km², todas as parcelas açorianas se incluem nesta classificação."*³

³ Azevedo, E. B. "Modelação do Clima Insular à Escala Local. Modelo CIELO aplicado à ilha Terceira - Tese de Doutoramento", Universidade dos Açores, 1996, p.56

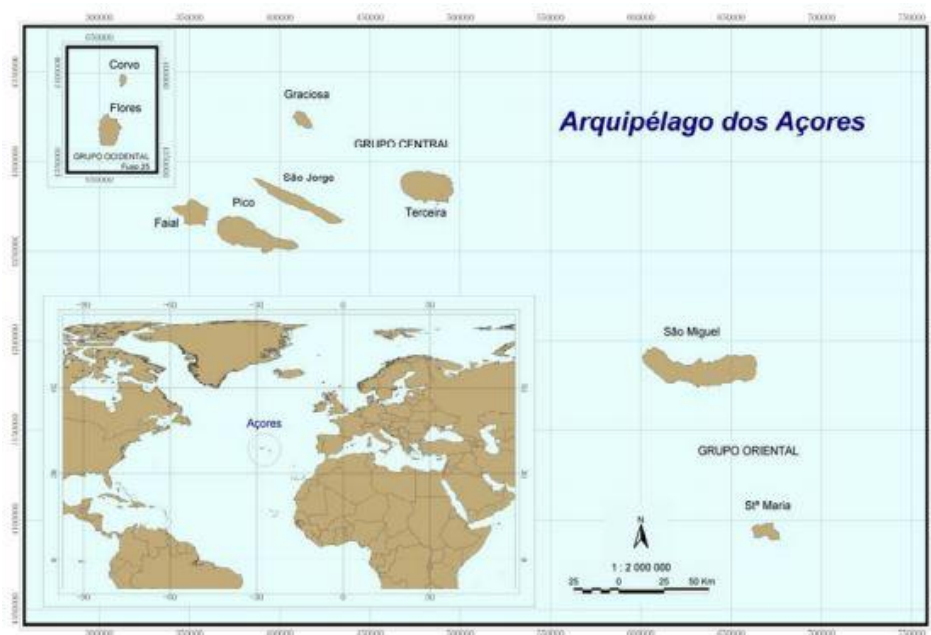


Ilustração 2. Localização do arquipélago dos Açores

1.3- Relevo e morfologia

Surgindo em pleno Atlântico Norte os Açores emergiram das profundezas do oceano, passando por uma série de eventos, mais ou menos frequentes, levando ao surgimento destas ilhas, todas elas com idades muito diferentes e todas elas com as suas características muito próprias.

"A formação dos Açores está relacionada com a evolução geodinâmica do Atlântico Norte. O arquipélago posiciona-se na região onde contactam as placas litosféricas americana, euro-asiática e africana. As ilhas emergem de uma vasta plataforma triangular, com cerca de 5,8 milhões de Km².

As ilhas dos Açores exibem aspectos geomorfológicos muito diversificados, consoante os tipos de erupções que estiveram na sua origem, a idade e conseqüente estado mais ou menos avançado dos processos de erosão.

O vulcanismo e a tectónica regional e local explicam a disposição e o alinhamento dos edifícios insulares; as formas de relevo reflectem os estilos eruptivos (efusivos e explosivos), a dinâmica evolutiva e a actuação dos agentes erosivos. Os níveis de alteração dependem da natureza dos materiais, da topografia das vertentes e das condições climáticas."⁴

⁴ Relatório do Estado do Ordenamento do Território - http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105469/2_Enquadramento, consultado em 24/062014

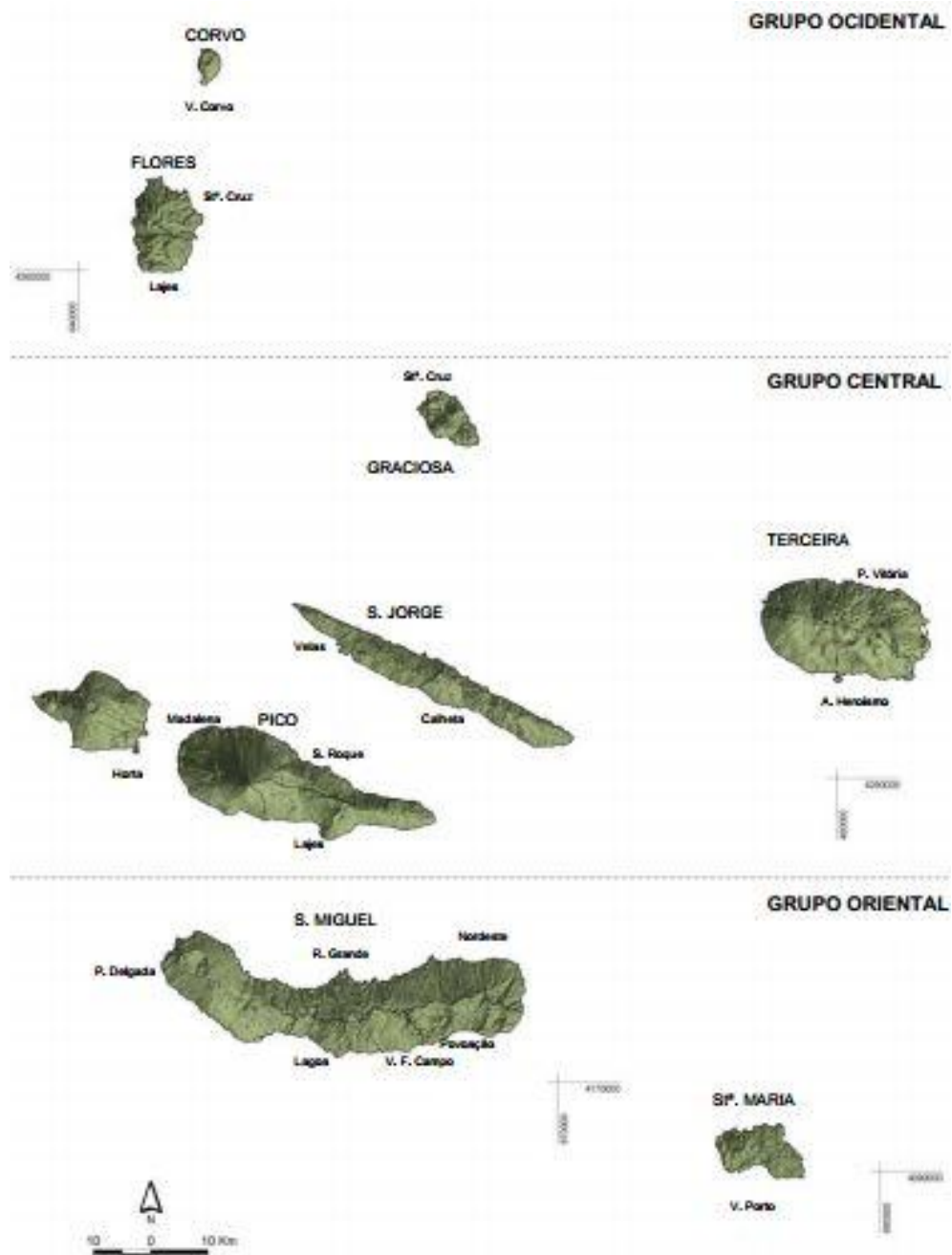


Ilustração 3. Relevo das ilhas da RAA
 Fonte: Secção de Geografia, 2005

1.4- Clima

Devido à sua localização em pleno Atlântico Norte, os Açores situam-se numa latitude que não permite uma influência directa da circulação tropical, ao mesmo tempo que também os mantém afastados o suficiente das correntes polares, permitindo temperaturas mais amenas e maiores níveis de pluviosidade, diferindo assim dos restantes arquipélagos que constituem a Macaronésia.

"As condições climáticas dominantes resultam, pois, dos gradientes de pressão que condicionam esta faixa oceânica, ou seja, das perturbações das baixas sub-polares e da evolução da cintura de altas pressões sub-tropicais. Das células anticiclónicas salienta-se o Anticiclone dos Açores: a sua posição, intensidade, orientação e desenvolvimento, condicionam a variação sazonal do clima insular.

1.4.1-Temperatura: *a temperatura média anual varia regularmente, oscilando entre 16,8°C em Angra do Heroísmo e 17,7°C em Santa Cruz das Flores. A amplitude térmica anual é pouco acentuada, não ultrapassando 10°C. No mês de Agosto registam-se as temperaturas médias mais altas (22,1°C) e os valores mais baixos em Fevereiro (13,7°C). No período de Inverno, a temperatura média permanece nos 14°C e no Verão aproxima-se de 23°C. Os valores mínimos médios não descem abaixo de 10°C, enquanto os máximos ficam aquém de 26°C;*

1.4.2-Precipitação: *registam-se um quantitativo desigual da pluviosidade entre os extremos do arquipélago, com o aumento da precipitação de Oriente para Ocidente. A precipitação média oscila entre os 748 mm em Santa Maria/Aeroporto e 1 479 mm em Santa Cruz das Flores. O semestre mais chuvoso estende-se de Outubro a Março, concentrando cerca de 75% do quantitativo anual. Os valores mais elevados de precipitação são registados no Inverno (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), enquanto que os meses Verão são os menos húmidos do ano (Junho, Julho e Agosto);*

1.4.3-Humidade: *a humidade relativa do ar é sempre muito elevada, com médias anuais compreendidas entre 76% em Santa Maria/Aeroporto e 80% em Ponta Delgada. Os valores médios são mais baixos no Verão (70 a 75%) e mais elevados durante o Inverno, sempre acima de 80%;*

1.4.4-Vento: *os ventos dos quadrantes Sul e Sudoeste são dominantes nos Grupos Ocidental e Central, enquanto que no Oriental predominam os de Norte e Nordeste (BETTENCOURT, 1979). A velocidade média varia entre 23,4 km/h em Santa Maria/Aeroporto e 11,0 km/h em Ponta Delgada."⁵*

⁵ Relatório do Estado do Ordenamento do Território - http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105469/2_Enquadramento, consultado em 24/062014

Capítulo 2- Turismo

2.1 Definição

O conceito de Turismo tem vindo a sofrer alterações com o passar dos anos, adaptando-se a novas realidades e preocupações referente à nossa actualidade enquanto sociedade, introduzindo novas ideias que levam a novos rumos numa industria multimilionária que para já não apresenta sinais de abrandamento. Apesar de todos os tipos de turismo presentes no mercado actual, a nossa pesquisa incidirá sobre o turismo em Portugal, como é legislado e como as suas regras são aplicadas no contexto nacional e regional.

Para que se possa apresentar uma definição em concreto do que significa a palavra Turismo iremos recorrer à legislação portuguesa, de modo a que esta tenha um sentido mais prático em relação à sua aplicação, assim, segundo o Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto⁶, no artigo 2.º lê-se:

- a) «Turismo», o movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as actividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades;
- b) «Recursos turísticos», os bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas;
- c) «Turista», a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de actividade profissional remunerada no local visitado;
- d) «Utilizador de produtos e serviços turísticos», a pessoa que, não reunindo a qualidade de turista, utiliza serviços e facilidades turísticas.

2.2 Turismo em espaço rural

No que diz respeito à RAA, o produto turístico que mais se destaca é o Turismo na Natureza, no qual se pode incluir o Turismo em Espaço Rural, que se distingue por ser um produto muito próprio e de certa forma sempre ligado às características do local onde se insere, podendo assim tomar diferentes formas, mas sempre dentro de um padrão comum.

Segundo a Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas em acordo com o Decreto Lei n.º39/2008, de 7 de Março⁷ pela Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto, no Artigo 3.º lê-se:

⁶ Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto - dre.pt/pdf1s/2009/08/15800/0533605341.pdf, consultado em 25/04/2014

⁷ Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março - dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.pdf, consultado em 25/04/2014

2.2.1 - Noção de empreendimentos de turismo no espaço rural

1 – São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

2 – Os proprietários ou entidades exploradoras dos empreendimentos de turismo no espaço rural, bem como os seus representantes, podem ou não residir no empreendimento durante o respectivo período de funcionamento.

3 – Os empreendimentos de turismo no espaço rural classificam-se nos seguintes grupos:

- a) Casas de campo;*
- b) Agro -turismo;*
- c) Hotéis rurais.*

Enquanto que no Artigo 4.º da mesma Portaria se lê:

2.2.2 - Espaço rural

1 – Para o efeito do disposto no presente diploma consideram-se como espaço rural as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural.

2 – A classificação como empreendimento de turismo no espaço rural atenderá ao enquadramento paisagístico, às amenidades rurais envolventes, à qualidade ambiental e à valorização de produtos e serviços produzidos na zona onde o empreendimento se localize.

3 – Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, os órgãos municipais competentes podem solicitar parecer à direcção regional de economia respectiva sobre o uso e tipologia do empreendimento e à Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à respectiva localização.

Consegue-se perceber pela legislação apresentada anteriormente que o conceito de turismo é muito extenso e propenso a alterações consoante o tipo e local onde se insere, no que diz respeito à RAA, a legislação torna-se muito própria e adaptada à realidade regional, respeitando as características locais, existindo ainda legislação aplicável apenas para alguns casos específicos, como a aquela que se aplica nas zonas de protecção da Cultura da Vinha.

2.3 - Turismo de Habitação / Agro-Turismo



Ilustração 4. O que fazer

De toda uma panóplia de actividades que se encontram disponíveis aos visitantes das ilhas, a presente dissertação tem como intento a requalificação de um imóvel para utilização turística, inserida no espaço rural, designadamente como Agro-Turismo, assim, abaixo pode-se ler o que se entende por Agro-turismo, segundo o Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março⁸, no artigo 6:

2.3.1 - Agro-turismo

1 - Designa-se por agro-turismo o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

2 - Aplica-se ao agro-turismo, com as necessárias adaptações, o disposto nos nº 2 e 3 do artigo 4º.

⁸ Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março - dre.pt/application/dir/pdfgratis/2002/03/059A00.PDF, consultado em 22/09/14

A influenciar esta escolha esteve o facto de não existir nenhuma exploração do género no concelho de S. Roque do Pico actualmente, o que poderá significar a exploração de um novo nicho de mercado, começando uma nova tendência.

A ligação com a terra e o mar são dois dos aspectos que mais caracterizam o povo açoriano , tendo tanto do mar como da terra, retirado alimento e subsistência, durante séculos. É importante manter esse contacto, oferecendo essa experiência a quem nos visita, de modo a que por um lado se mantenham as tradições e por outro se possa beneficiar a economia local.

Capítulo 3- Ilha do Pico, Açores



Ilustração 5. Pôr do sol na vila das Lajes, Ilha do Pico, Açores

Caracterizada pela sua imponente montanha, com cerca de 2351m de altitude a "Ilha-Montanha" como é muito conhecida, distingue-se das demais pela sua cor negra, resultado das várias erupções mais ou menos recentes, contando com cerca de 15000 habitantes e sendo a segunda maior ilha do arquipélago nunca atingiu uma demografia citadina, pois, as condições da ilha não eram as melhores para as actividades relacionadas com a agricultura e pastorícia, tendo sido estas direccionadas para as pescas, a cultura do vinho e o plantio de fruta.

3.1- Localização

Pela sua localização, em relação ao Faial e a São Jorge, dos quais dista 4,5 e 11 milhas náuticas respectivamente, forma com elas o que é chamado de ilhas do triângulo, a ilha do Pico tem uma área aproximada de 447km², com cerca de 42km de comprimento e 15km de largura.

Entre outras coisas a ilha é dominada pela sua magnífica montanha que se destaca e marca a sua presença a todos quanto visitam a ilha, proporcionando momentos de verdadeiro prazer àqueles que se aventurem a subi-la, para além disso actividades como a observação de cetáceos, mergulho com tubarões, pesca desportiva de alto mar, actividades de pedestrianismo, ou passeios de bicicleta são atractivos, entre outros, que não deixam ninguém indiferente, com gentes afáveis e hospitaleiras a ilha do Pico tem muito para oferecer.

3.2- História

A primeira metade do século XV é dada como a data de entrada ou despejo dos primeiros gados na ilha, tendo esta começado a ser povoada pelo seu lado sul, nas Lajes, mais tarde, cerca de 1542 surge o concelho de São Roque do Pico, orientado a Norte e em 1723 a Madalena é elevada a vila.

O trigo foi inicialmente a cultura de eleição, tendo o pastel tido um papel preponderante também durante muitos anos, devido às suas qualidades como planta tintureira e à sua exportação para a Flandres, a cultura da vinha e a pesca completavam o círculo de grande produções na ilha.

O vinho foi a cultura que mais se destacou, com especial destaque para o vinho verde, o qual se diz que era servido à mesa dos Czares da Rússia, mas no século XIX uma praga destruiu a grande maior parte das plantações, o que levou nos anos mais recentes à introdução de novas castas e por conseguinte à produção de novos vinhos, apesar do verde continuar a ser produzido actualmente e ser ainda o que mais se destaca no nível de qualidade.

3.3- Sismicidade

A localização das ilhas sobre as placas tectónicas americana, euro-asiática e africana, sujeita as ilhas a abalos sísmicos, de maior ou menor intensidade e mais ou menos frequentes, tendo o ano de 1998 sido o último em que se registou um abalo de grandes dimensões, com epicentro ao largo do Faial, tendo causado muitos danos nesta ilha assim como no Pico, mas aquele que mais mediaticidade ou espectacularidade gerou terá sido a erupção do vulcão dos Capelinhos no ano de 1957-1958. Assim, é fácil perceber que as construções nos Açores estão constantemente sujeitas aos efeitos provocados pela sismicidade, sendo causa para um tipo de construção mais " reforçado" do que seria noutras zonas que não sofrem essa influência directa.

3.4- Clima

A corrente do Golfo e o Anticiclone dos Açores são dois factores que influenciam directamente as condições climáticas das ilhas, sendo o Pico uma das ilhas mais secas do arquipélago, com temperaturas médias entre os 14°C e os 27°C o inverno tende a brindar a ilha com neve pelo facto de possuir uma montanha tão alta, causando em alguns meses, nomeadamente Janeiro e Fevereiro temperaturas bem abaixo das médias mas que nunca passarão abaixo dos 7°C junto à linha do litoral.

3.5- Economia

Após o declínio da cultura da vinha e por influência dos baleeiros oriundos dos Estados Unidos, a partir do final do século XVII, foi a indústria baleeira que suportou a ilha até 1980, que representa ainda uma das maiores fontes de riqueza da ilha, apesar de não haver caça existem toda uma organização que leva os turistas a observar estes magníficos cetáceos.

Actualmente e após a recuperação das vinhas, a produção de vinhos voltou a ser um dos principais motores económicos da ilha, exportando para o estrangeiro, principalmente para os Estados Unidos onde existem grandes comunidades açorianas e a par com o turismo representam as maiores fontes de rendimento para os locais.

Capítulo 4- São Roque do Pico

Após o inicial povoamento da vila e concelho das Lajes do Pico no lado Sul da ilha, deu-se início ao povoamento do lado Norte, onde se situa S. Roque do Pico, tendo a vila sido elevada a concelho no dia 10 de Novembro de 1542, através de um Foral emitido sobre as ordens do rei D. João III de Portugal.

É actualmente constituído por 5 freguesias, São Roque, Santo António, Santa Luzia, Prainha e Santo Amaro, ocupando o município uma área de cerca de 144,31 Km² contando com 3388 habitantes, segundo os CENSOS de 2011, tem como limites a sul o concelho da Lajes do Pico, a norte o oceano Atlântico e a oeste o concelho da Madalena.

Passando por diferentes etapas evolutivas, começou pela exportação de trigo e pastel e também pela produção de laranja, mas foi nos anos posteriores quando se dedicou ao plantio de vinhedos e à caça de baleia que mais se destacou no panorama regional.



Ilustração 6. Concelho de São Roque do Pico e distribuição por freguesias

4.1- Sobre a habitação tradicional de S. Roque do Pico

*"A arquitectura vernácula do Pico, dentro do sistema de relações da arquitectura açoriana, insere-se no conjunto das cinco ilhas "mais ocidentais" (São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo) estabelecendo um particular parentesco com as duas ilhas vizinhas: São Jorge e Faial. A proximidade geográfica e arquitectónica entre estas três ilhas, que se exprime em soluções semelhantes para alguns tipos de edifícios e quase idênticas para outros (nomeadamente no que se refere às construções de apoio às actividades rurais), não anula a identidade de cada ilha que se revela, com mais nitidez, na habitação."*⁹

⁹ João Vieira Caldas - Licenciado em Arquitectura (ESBAL, 1977). Mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 1988). Assistente no IST. - www.inventario.iacultura.pt/pico/s-roque/habitacao.html, consultado em 28/08/2014

Esta identidade própria da ilha do Pico pode ser verificada na forma mais "dura" de como a alvenaria de pedra, geralmente sem reboco externo ou interno se apresenta na edificação de casas ou adegas. Podemos por outro lado dividir a habitação tradicional em duas partes, uma "popular" e outra "erudita" sendo a freguesia da Prainha aquela que apresenta mais exemplos desta última classificação dentro do concelho, apesar de haverem vários exemplos espalhados com mais ou menos frequência por todo o concelho.

Apesar de ser difícil de estabelecer a diferença entre os dois tipos de construção, os elementos que tornam essa separação mais fácil são a frequência e a dimensão destas, sendo assim, as ditas populares geralmente encontram-se em pequenos núcleos, enquanto que as eruditas, por pertencerem a pessoas abastadas geralmente encontram-se isoladas, mas no entanto todas elas se encontram inseridas num ambiente rústico, possuindo no seu íntimo características inerentes ao contexto agrícola.

" A fama de negrume que envolve a arquitectura do Pico, resultante da utilização da pedra vulcânica sem qualquer revestimento (pedra que aparenta ser mais preta aqui que em qualquer outra ilha), é que nem sempre corresponde a uma realidade construtiva. De facto, todas as casas de "influência erudita" e muitas de arquitectura corrente foram rebocadas e pintadas de branco pelo menos nas fachadas principais. Mas o Concelho de São Roque está virado a norte, menos exposto ao sol e mais à influência dos ventos marítimos e das humidades que reduzem a uma mancha escura qualquer caição que não seja regularmente renovada. A vizinhança dos muros e das atafonas ou dos palheiros construídos em pedra seca, por vezes sobre um fundo de lavas em desagregação, acentua este ambiente de negrura."¹⁰

Num ou noutro tipo, verifica-se que os modelos mais utilizados serão as plantas em "L" ou em "U", com cozinha separada ou não, mas em geral nas habitações mais antigas verifica-se que a cozinha se encontra separada ou unida por um telheiro ao corpo dos quartos, possuindo ou não ligação interna, sendo que os casos em que a cozinha se encontra nitidamente separada da restante habitação um exemplo quase exclusivo da ilha do Pico.

"As casas mais abastadas, ou solarengas, com mais compartimentos, têm frequentemente uma planta em "L". A cozinha, porventura primitivamente separada, encosta agora nas traseiras, num dos extremos do "L", esboçando ou desenvolvendo a forma de "U". O primeiro caso está exemplificado no Passal de Santo Amaro. A Casa das Senhoras e a Casa do Ouvidor, ambas na freguesia de São Roque, formam um "U" completo. A sua concepção, porém, não se filia na planta dos grandes solares continentais que utilizam a mesma forma, eventualmente importada de França

¹⁰ João Vieira Caldas - Licenciado em Arquitectura (ESBAL, 1977). Mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 1988). Assistente no IST. - www.inventario.iacultura.pt/pico/s-roque/habitacao.html, consultado em 29/07/2014

(Carlos de Azevedo, Solares Portugueses, 1969), já que o "U" picoense está virado do avesso ficando a fachada principal do lado externo, na base do "U".

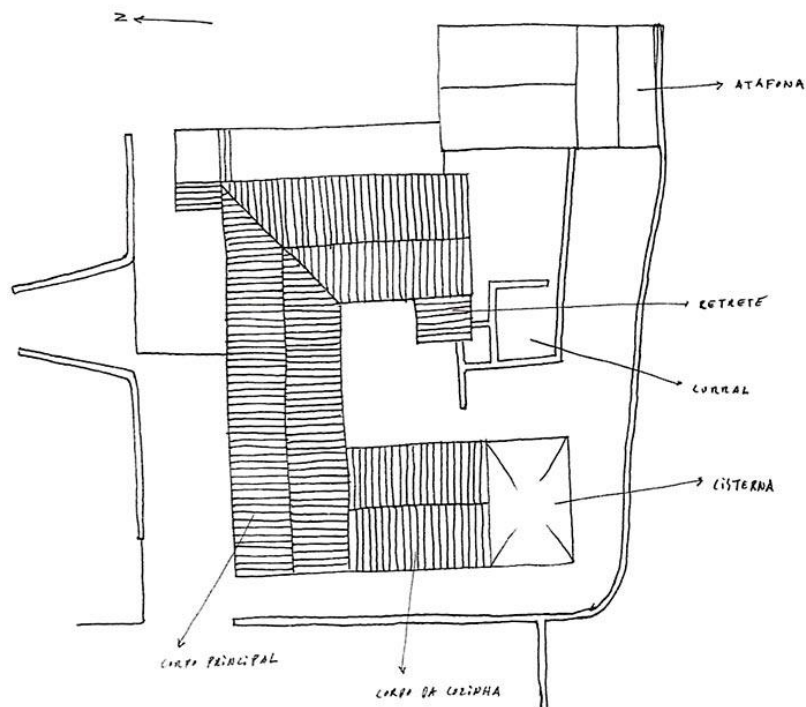


Ilustração 7. Casa típica em "U"

Verifica-se apesar de tudo uma similaridade entre as casas ditas solarengas ou eruditas e as ditas populares, pois, na sua maior parte ambas tem a cozinha encostada perpendicularmente ao corpo dos quartos, sendo esta uma característica que se manteve até aos nossos dias no desenho das casas, que por toda a ilha marcam essa identidade da casa picarota.

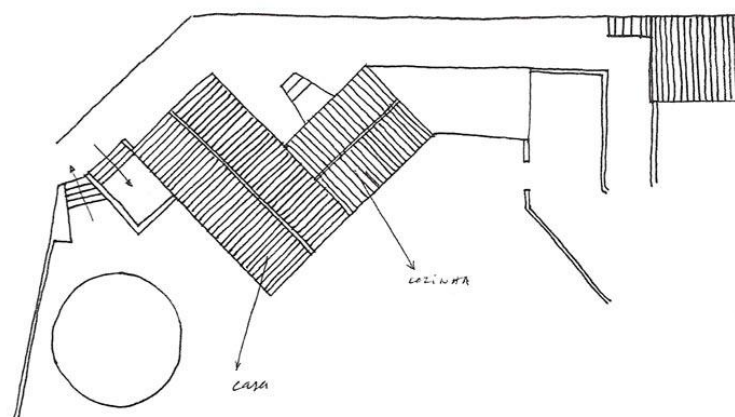


Ilustração 8. Casa típica em "L"

"A concentração no Concelho de São Roque de exemplares arcaizantes, tanto no domínio da casa "popular" como na habitação de "influência erudita", no seio de um acervo rico e variado de tipos arquitectónicos que estimula o estudo cruzado de influências, confirma a importância do património edificado deste município no campo da habitação tradicional."¹¹

4.2- Capital do Turismo Rural

Abaixo encontra-se a declaração emitida pela Câmara Municipal de São Roque do Pico aquando da classificação do mesmo concelho como Capital do Turismo Rural:

"No dia 27 de julho a Câmara Municipal de São Roque do Pico apresentou, em sessão oficial nos Paços do Concelho, São Roque do Pico como a Capital do Turismo Rural. Esta patente nacional é um claro incentivo à promoção do Turismo local que quer o interesse dos visitantes e estimular ainda mais a aposta de privados.

A Capital do Turismo Rural nasce com base no número de empresas privadas cujos investimentos encontraram no concelho de São Roque do Pico as condições ideais para instalar novos espaços de Turismo em Espaço Rural.

Hoje, em apenas 144,31 km², existem 26 casas, 69 quartos, somando um total de 167 camas.

No entanto, já estão em fase de projeto, pelo menos, mais seis novos empreendimentos, três dos quais para a freguesia da Prainha e os restantes para as freguesias de Santa Luzia, Santo António e São Roque.

Estes dados, contrapostos com os restantes concelhos, garantem a São Roque do Pico uma larga vantagem percentual, em número de casas de Turismo em Espaço Rural.

Esta é, de resto, uma valia de reconhecimento da evolução no setor turístico e de valorização do património cultural e natural, que permite a promoção de forma harmoniosa e sustentada.

De lembrar que o Turismo em Espaço Rural inclui: as Casas de Campo, o Agroturismo e os Hotéis Rurais. No caso da Capital do Turismo Rural a grande predominância é de Casas de Campo (casas particulares, situadas em zonas rurais, que prestam um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários e nas quais se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características da arquitetura típica local).

A Câmara Municipal de São Roque do Pico criou a imagem de marca da Capital do Turismo Rural com o respetivo Manual de Normas que já foi entregue a todos os empreendedores e está disponível no site¹² oficial da autarquia.

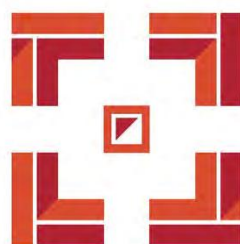
¹¹ João Vieira Caldas - Licenciado em Arquitectura (ESBAL,1977). Mestre em História de Arte (FCSH-UNL,1988). Assistente no IST. in <http://www.inventario.iacultura.pt/pico/s-roque/habitacao.html>

¹² Manual de Normas Gráficas - http://issuu.com/comunicaratitude/docs/manual_de_normas_graficas_capital_t, consultado em 16/06/2014

Esta imagem recorda a existência de um poço de maré junto às casas construídas em basalto e cobertas com telha regional. Era aqui que as pessoas iam recolher água para uso do seu dia-a-dia.

O enquadramento das casas típicas foi desenhado em redor do poço de maré, criando assim um símbolo com a forma de um alvo.

O símbolo consiste na vista superior deste pequeno aldeamento, como se caracterizam muitos dos investimentos de turismo rural em São Roque do Pico, tal como se estivessemos a ver o concelho do topo da montanha do Pico ou, pura e simplesmente, a procurá-lo no mapa.”¹³



Capital do Turismo Rural São Roque do Pico

Ilustração 9. Logótipo Capital do Turismo Rural

Pode verificar-se através da declaração acima que o concelho de S. Roque do Pico tem feito um esforço bastante elevado na tentativa de se manter na linha da frente no que diz respeito a aproveitar um mercado emergente como é o do turismo, ao mesmo tempo que através deste mantém a identidade das habitações locais, promovendo assim a sua arquitectura tradicional, mantendo os usos e costumes, preparando-se para o futuro.

È importante referir a importância deste investimento num concelho como o de S. Roque do Pico, que apesar de ser o menos povoado é aquele que mais investimento tem feito em favor do turismo, especialmente no que diz respeito ao turismo em espaço rural, colocando-se na linha da frente e servindo como modelo a seguir, mostrando que os investimentos feitos da forma correcta podem oferecer muitos benefícios e trazer compensações a médio e longo prazo, ainda mais quando o que se procura principalmente é manter o tradicional e a cultura local, caracterizada pela hospitalidade das gentes, pelos sabores da terra e do mar, pela partilha dos saberes antigos ou pelo simples gosto de agradar todos aqueles que "por bem venham".

¹³ Capital do Turismo Rural - <http://www.municipiosrp.pt/Default.aspx?Module=Noticia&ID=1437> consultado em 14/05/2014

4.3- Edifícios recuperados para o Turismo

Actualmente contam-se cerca de trinta habitações recuperadas para o turismo, só no concelho de S. Roque do Pico, numero que tende a aumentar, com os apoios que são atribuídos, o nível de confiança de quem quer ou pode investir aumenta, o que contribui para o desenvolvimento local, assim, abaixo podemos ver 25 exemplos de habitações, todas classificadas como Casas de Campo:

A Abegoaria

Casa de Campo - 2 Casas: 3 Quartos, 6 Camas

A Casa do Ouvidor

Turismo Rural - 6 Quartos, 12 Camas

Adega d´Midio

Casa de Campo - 1 Quartos, 2 Camas

Adega do Canto

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Adegas do Pico: Casa da Moega

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Adegas do Pico: Casa da Montanha

Casa de Campo - 3 Quartos, 6 Camas

Adegas do Pico: Casa da Vinha

Casa de Campo - 1 Quarto, 2 Camas

Adegas do Pico: Casa das Bananeiras

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Adegas do Pico: Casa do Alto da Ribeira e Casa das Conteiras

Casa de Campo - 2 Casas: 6 quartos, 12 camas

Adegas do Pico: Casa do Garajau

Casa de Campo - 1 Quarto, 2 Camas

Adegas do Pico: Casa do Lagar

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Adegas do Pico: Casa do Mistério

Casa de Campo - 3 Quartos, 6 Camas

Adegas do Pico: Casa do Ramal

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Adegas do Pico: Casa Flor da Ribeira

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Cantinho do Céu

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Casa da Adega

Casa de Campo - 1 Quarto, 2 Camas

Casa das Barcas

Turismo de Habitação - 3 Quartos, 6 Camas

Casa da Estrela

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Casa da Ladeira dos Castanheiros

Casa de Campo - 4 Quartos, 8 Camas

Casa do Alambique

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Casa do Comendador

Casa de Campo - 8 Quartos, 16 Camas

Casa do Paim

Casa de Campo - 2 Quartos, 4 Camas

Casa dos Pinheiros

Casa de Campo - 1 Quarto, 2 Camas

Quinta da Ribeira da Urze

Casa de Campo - 6 Quartos, 12 Camas

Do Alto da Bonança

Casa de Campo - 5 Quartos, 9 Camas

De entre todos os edifícios que fazem parte da actual rede ligada ao turismo, iremos debruçar-nos sobre três deles, por apresentarem características muito diferentes entre si, assim como os serviços que disponibilizam, tendo apenas em comum o facto de todos eles terem sido recuperados em favor do turismo, sendo este o elo comum que os liga, assim temos a Casa do Ouvidor (Casa de Campo), o Convento de São Pedro de Alcântara (Pousada da Juventude) e o Museu da Industria Baleeira (Museu).

4.3.1- Casa do Ouvidor

Dentro do turismo em espaço rural a Casa do Ouvidor é classificada como Casa de Campo, respeitando a sua traça original, tendo sido apenas modificada de modo a poder acomodar as novas funções para as quais foi restaurada, neste caso o alojamento de turistas.

Pode ser encontrada na ficha 39 do “Arquivo da Arquitectura Popular dos Açores” na ficha 63.200.38 do Inventário do Património Imóvel dos Açores, concelho de São Roque do Pico e na ficha 33 do “Património Cultural Edificado do Plano Geral de Urbanização da Vila de São Roque, existem ainda referencias sobre o imóvel no livro “Arquitectura Popular dos Açores” pág. 400, edição da Ordem dos Arquitectos; no “Inventário do Património Imóvel dos Açores” num artigo “A Propósito do Património Imóvel dos Açores “ pág. 19, do Arquitecto José Manuel Fernandes; num outro artigo intitulado “Sobre a Habitação Tradicional do Concelho de São Roque” do Arquitecto João Vieira Caldas, pág. 23.



Ilustração 10. Casa do Ouvidor - antes



Ilustração 11. Casa do Ouvidor - depois

Como se pode verificar pelas ilustrações anteriores, a Casa do Ouvidor passou por um processo longo de reconstrução, pois o imóvel já de encontrava num adiantado estado de degradação, fruto dos longos anos de abandono, situação que se verifica num grande conjunto de habitações um pouco por toda a ilha.

Sendo um imóvel construído no início do séc. XVIII, apresenta todas as características comuns às habitações dessa época, podendo ser classificada como de traça erudita, pelas suas dimensões e qualidade construtiva, já que o Ouvidor seria na época uma das pessoas mais influentes no concelho.

O projecto de arquitectura ficou a cargo do Gabinete do Arquitecto Nuno Lopes, o qual já havia sido Director do Gabinete Técnico da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Vinha da Ilha do Pico, pois, pelo seu grande conhecimento sobre a arquitectura tradicional da Ilha do Pico, soube manter o valor arquitectónico, histórico e cultural do edifício, ao mesmo tempo que o dotou de todas as funções inerentes á sua nova função, utilizando equipamentos e materiais "sustentáveis", garantindo que a identidade do imóvel se mantinha e que os hospedes se pudessem sentir como se estivessem na sua própria casa.

4.3.2- Convento de São Pedro de Alcântara (Pousada da Juventude)

Ordenada a sua construção por Frei Inácio do Desterro no ano de 1718, este teve início no ano de 1721, tendo a obra sido lançada pelo irmão leigo José da Conceição, sendo a obra dada como finalizada no ano de 1745.

"Tudo, pois, veio a começar em bem, quando, a 19 de Outubro de 1721, os capitães - Francisco Nunes da Costa e Sebastião Honorato da Costa - transportavam às suas costas a primeira pedra do novo edifício, cedida por Sebastião Ferreira de Melo."¹⁴

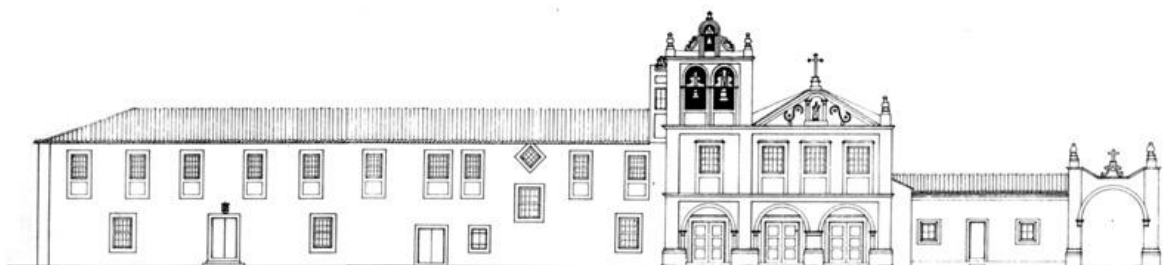


Ilustração 12. Fachada Principal do convento de São Pedro de Alcântara, actual Pousada da Juventude

¹⁴ Ferreira, Idalmiro "Esta Terra Esta Gente", São Roque do Pico: Câmara Municipal, 1992, p. 22

Foi ocupado durante cerca de noventa anos pela Ordem dos Frades Menores, mas após a extinção das ordens religiosas, o convento foi entregue à Edilidade de S. Roque do Pico, tendo mais tarde sido utilizado como prisão, tribunal, repartição de finanças, sala de espectáculos (cinema), sede de associações culturais e desportivas e albergou a Câmara municipal de São Roque do Pico, até que no ano de 2010 após uma longa recuperação e transformação das suas instalações abriu novamente as suas portas a uma nova actividade, sendo então inaugurado como Pousada da Juventude, actividade que mantém até à actualidade, contando com um total de 46 camas.

4.3.3- Museu da Industria Baleeira

A antiga Fábrica de Vitaminas, Óleos, Farinhas e Adubos foi convertida em museu, após longos anos de faina da baleia, actividade que cessou no inicio dos anos 80.

Tendo sido construída no ano de 1942, conta com um conjunto principal, constituído por três corpos rectangulares, que se encontram alinhados pela fachada, contando ainda com uma cisterna acoplada a estes.

Vários anexos completam o conjunto, entre eles uma oficina de carpintaria naval, oficina de tanoaria e serralharia, oficina de ferreiro e fundidor, administração e laboratório da fábrica.



Ilustração 13. Maqueta da requalificação do Museu e da área envolvente

A reconversão da antiga fabrica em museu esteve a cargo dos arquitectos Rui Pinto e Ana Robalo, tendo a ultima fase do projecto terminado em 2010 com a reconversão do pátio anterior.

Todo o edifício é construído em alvenaria de pedra com a fachada rebocada e pintada de cor branca, destacando-se as suas quatro grandes portas acompanhadas por janelões em toda a

extensão da fachada, a completar o conjunto, na Praceta dos Baleeiros, foi erguido um monumento em homenagem ao baleeiro.



Ilustração 14. Monumento em homenagem ao Baleeiro

Importa referir que no processo de conversão em museu, no que diz respeito ao interior do edifício, só a zona de recepção foi adaptada para servir esse mesmo propósito, enquanto o restante edifício não sofreu qualquer alteração, mantendo a imponência das caldeiras e fornalhas que o caracterizam, juntamente com a sua chaminé em cantaria que o tornam um dos melhores museus industriais do seu género.

Percebe-se pelos três exemplos anteriores que o processo de requalificação de edifícios para uso pelo turismo não passa apenas pela recuperação de habitações, estende-se para além disso, pois o valor patrimonial encontra-se numa variedade maior de outros imóveis, que pelo seu valor histórico, social, ou económico se destacam ou identificam uma cultura, que merece ser preservada, podendo assim, ficar disponível para todos os que nos visitam actualmente e a todos aqueles que o possam fazer no futuro.

Capítulo 5- Reabilitação de edifícios

Este capítulo tem por intenção demonstrar como a degradação dos edifícios é influenciada por diversos factores, uns afectos à própria construção ou método construtivo e outros exteriores como o clima ou sismicidade por exemplo, será assim, o capítulo mais extenso pois nele se irão aprofundar os conhecimentos gerais sobre a reabilitação de edifícios antigos, parte integrante desta dissertação de mestrado.

Dadas as condições actuais, quer económicas, ambientais ou sociais, tem-se vindo a registar uma deslocação do mercado de construção nova para a reabilitação ou manutenção das construções existentes. Claro que ao contrário de uma construção nova onde basta conhecer as características do terreno a implantar o edifício, na reabilitação de edifícios antigos há diferentes aspectos a ter em conta, principalmente um conhecimento mais aprofundado das construções existentes. Para que melhor se conheçam as condições do edifício a ser reabilitado, diversas inspecções e ensaios devem ser executados, através de métodos não destrutivos ou pouco intrusivos, sempre que possível.

Os processos de inspecção de um determinado edifício podem ser feitos de diversas formas, desde a mais básica inspecção visual até à recolha de amostras para ensaios laboratoriais, mas a recolha de informação no local continua a ser ainda a melhor fonte de percepção directa das falhas mais imediatas que o edifício possa apresentar, já que análises à estrutura ou fundação pressupõe um estudo mais aprofundado e moroso, geralmente através de técnicas intrusivas.



Ilustração 15. Observação de anomalias no local - Passal de Sto. Amaro, Ilha do Pico, Açores

5.1- Áreas de inspecção

A recolha de informação poderá ou deverá dividir-se em três áreas que tem em vista o estudo e ou caracterização dos edifícios, sendo:

- 1) Da construção, seus elementos e materiais.
- 2) Da envolvente e das acções sobre a construção.
- 3) Do comportamento da construção.

O estudo e caracterização da construção envolve:

- O levantamento da sua geometria, dos materiais constituintes e das suas anomalias.

- A caracterização desses mesmos materiais constituintes, o que pressupõe a avaliação das suas propriedades e a detecção e caracterização das suas alterações e anomalias.¹⁵

Tendo que se fazer determinados ensaios e sendo estes geralmente classificados como não destrutivos, na verdade estes acabam sempre por uma forma ou outra danificar o edifício, na tabela abaixo podem-se verificar e/ou classificar esses danos.

Classificação dos danos	Descrição	Exemplos	Medidas de reparação	Construções em que é aceitável
1- Irrelevantes	Visíveis apenas se procurados, não visíveis às distancias normais de observação	Marcas de martelos, riscos, manchas de água	Nenhumas. Escovagem	Todas
2- Ligeiros	Visíveis de perto, mas geralmente imperceptíveis	Furos de pequeno diâmetro, danos de pequenos penetrómetros	Reparação com argamassa da mesma cor	Todas, excepto em edifícios classificados, em zonas perto dos utentes
3- Médios	Óbvios, mas sem relevância estrutural ou para a durabilidade a curto prazo	Remoção de material de juntas, remoção de pequenas unidades de alvenaria, carotes de pequeno diâmetro	Substituição da unidade e reparação da junta com argamassa expansiva	Todas, excepto edifícios classificados, em zonas perto dos utentes
4- Significativos	Muito óbvios. Podem exigir medidas de segurança se não forem reparados (por exemplo preenchimento, provisório, barreiras para o público)	Remoção de pequenas áreas de alvenaria, carotes de grande diâmetro	Reconstrução com materiais idênticos ou costura sobre a carotagem	Aceitável temporariamente em edifícios recentes e estruturas classificadas não acessíveis
5- Sérios	Muito óbvios. Exigem medidas de segurança se não forem reparados (por exemplo escoramentos, barreiras). Podem requerer estudo de redistribuição temporária das cargas	Extensas áreas de alvenaria removidas ou realização de ensaios pesados	Reconstrução com materiais idênticos	Aceitável apenas se impedido o acesso público

Tabela 4. Classificação dos danos causados por ensaios não totalmente não destrutivos

¹⁵ Coias, Vitor "Inspecções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios", Printer Portuguesa, 2006, p.08

As inspecções e ensaios não estão limitadas ao período anterior à intervenção e deverão ser efectuadas no durante e no depois, de modo a garantir uma avaliação total e o mais isenta de erros possível.

Fase	Actividades	Objectivo
1- Da detecção da necessidade de intervir até à decisão de intervir	Recolha documental Inquérito aos utentes Análise da documentação aplicável I&E preliminares Monitorização preliminar	Caracterização preliminar da construção, incluindo as eventuais anomalias. Caracterização preliminar das propriedades dos materiais, incluindo as eventuais anomalias. Caracterização preliminar da envolvente
2- Da decisão de intervir até à selecção da estratégia de intervenção	Levantamento da geometria e das anomalias I&E complementar Modelação do comportamento	Caracterização da geometria da construção e suas componentes, incluindo o mapeamento das eventuais anomalias. Caracterização das propriedades dos materiais, incluindo as eventuais anomalias. Caracterização da envolvente. Validação do modelo
3- Da selecção da estratégia até à intervenção	Modelação das medidas correctivas Elaboração do projecto	
4- Durante a intervenção	Ensaio das técnicas e materiais a adoptar I&E de controlo de qualidade	Validação das técnicas e materiais a adoptar
5- Depois da intervenção	I&E finais	Avaliação dos efeitos da intervenção

Tabela 5. Fases da intervenção em que os métodos de inspecção e observação são aplicáveis

É fácil verificar que a inspecção e observação das patologias ou anomalias de uma determinada construção ultrapassam a mera observação visual, passando por um processo que deverá acompanhar o desenvolvimento da obra e manter uma monitorização permanente após o término da mesma.

5.2- Anatomia dos edifícios

Para que se tenha um entendimento geral sobre a anatomia de um edifício este será dividido em quatro partes, como abaixo se descreve:

<p>1. Envolvente Trata-se do local onde se encontra a habitação, do modo como o edifício se encontra posicionado e orientado e das características das áreas circundantes.</p>
<p>2. Envelope Isto é, a "pele" do edifício, o elemento que está directamente exposto aos agentes de deterioração. Incluem-se nesta secção: a) Fachadas, paredes exteriores, varandas e outros componentes em contacto com o exterior (pisos sobre passagens abertas, escadas exteriores), pavimentos assentes directamente sobre o terreno. b) Coberturas c) Caixilharia (portas e janelas exteriores)</p>
<p>3. Interiores Focam-se os espaços interiores do edifício, designadamente: a) Entrada e zonas comuns interiores b) Cozinhas e casas de banho c) Paredes interiores e os seus revestimentos e acabamentos d) Tectos e pavimentos interiores (revestimentos e acabamentos)</p>
<p>4. Estrutura e fundações Trata-se da estrutura - a parte do edifício que resiste às forças a que ele está sujeito - e das fundações, as partes da construção que transmitem ao terreno o peso do edifício e a resultante das outras forças que sobre ele actuam.</p>

Tabela 6. Partes constituintes de um edifício

Na tabela anterior não foram consideradas as "instalações e sistemas" já que estamos a falar principalmente de edifícios que à data em que foram construídos, poucas ou nenhuma "redes" possuíam ou que foram acrescentadas num outro período posterior à sua construção, não constituindo assim um elemento que seja mantido numa reconstrução ou reabilitação, apesar de haver muitos edifícios antigos que foram construídos com muita qualidade, não pressupondo que pelo facto de serem antigos, ao serem reabilitados não possam oferecer boas condições de habitabilidade e ou conforto, pois são construções que devidamente mantidas fortalecem o carácter das zonas onde se inserem.

5.3- Inspeção *in situ*

Como já foi referido anteriormente a melhor forma de se fazer uma avaliação sobre as condições do imóvel passa pela inspeção do mesmo *in situ*, pois assim conseguem-se identificar as patologias de um modo presente e de forma mais consistente, desde as fundações ate à cobertura.



Ilustração 16. Degradação da parede divisória, do soalho e da parede "mestra"

Pela ilustração anterior é fácil de perceber que a edificação em questão sofre de imensos problemas, que vão para além de meros arranjos estéticos, passando por uma recuperação mais profunda, envolvendo o desmanche de paredes divisórias e soalhos, que já não apresentam características de fiabilidade suficientes, tendo de ser substituídas por novos elementos.



Ilustração 17. Alvenaria de pedra interior rebocada a barro e cal com evidentes problemas de degradação

Verifica-se que os rebocos interiores não se encontram nas melhores condições, apresentando reais problemas de degradação, tanto pela falta de manutenção, como pela infiltração de águas, que provocam a desagregação dos materiais, como o barro e a cal, mais fracos que o cimento actual.

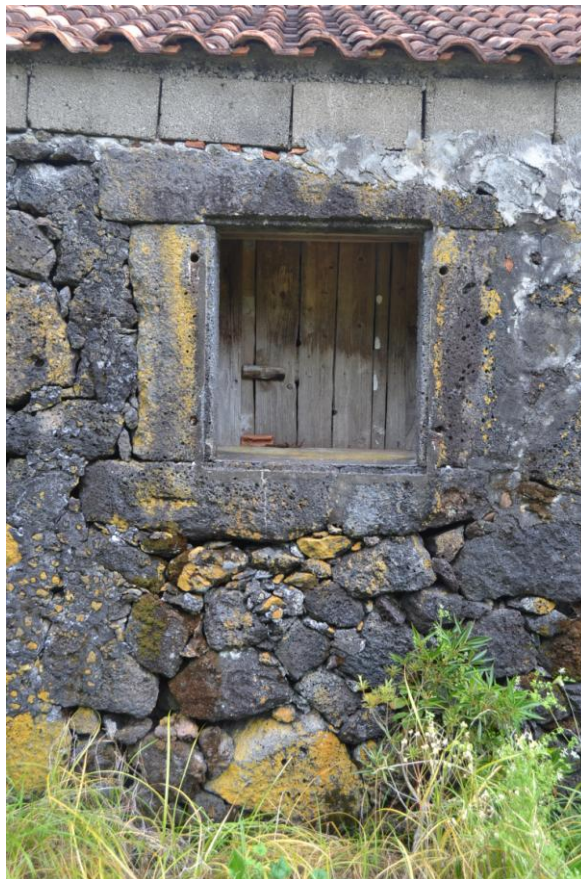


Ilustração 18. Desagregação de algumas das partes constituintes da alvenaria

5.4- Alvenaria de Pedra - Ilha do Pico

De um modo geral os materiais mais utilizados na construção corrente da RAA, são materiais provenientes da própria região, isto no que diz respeito a inertes, madeiras e pedra, o que contribui para um certo nível de sustentabilidade local. O basalto com a sua cor negra marcam e identificam a ilha.

De uma maneira geral podem encontrar-se na construção em alvenaria de pedra diferentes tipos construtivos, podendo considerar-se como principais os que abaixo se enumeram:

- Alvenaria seca;
- Alvenaria ordinária argamassada ou não, constituída por fragmentos de pedras de varias dimensões e argamassa de areia e cal;
- Alvenaria aparelhada em perpianho ou poligonal rústico.



Ilustração 19. Alvenaria ordinária

A alvenaria de pedra é utilizada de um modo geral na construção das paredes exteriores, havendo casos em que se pode verificar a sua utilização na construção de parede interiores, mas de ocorrência menor, assim, no que diz respeito às paredes exteriores, estas tem como principal função a protecção do interior do edifício da acção dos agentes atmosféricos, como a chuva o vento, fornecendo ainda isolamento tanto térmico como acústico.

Por outro lado importa falar sobre o comportamento estrutural destas paredes exteriores, ou paredes mestras como muitas vezes são designadas, devido ao seu comportamento resistente, principalmente devido à sua grande espessura, cerca de 0.65m em média, o que lhes permite ter muita resistência a esforços de compressão mas que perante esforços horizontais já não apresentam tão bom comportamento. Estas paredes resistentes apresentam um elevado peso próprio, o que lhes reduz a esbelteza mas diminui a o risco de instabilidade por encurvadura.



Ilustração 20. Alvenaria aparelhada poligonal rústica

No que diz respeito à construção na RAA, encontra-se geralmente um misto de soluções construtivas, isto è, alvenaria de pedra talhada em conjunto com alvenaria ordinária, deixando-se a pedra talhada à vista enquanto que muitas vezes se reboca a ordinária, se bem que não é de toda uma regra e várias são as soluções tomadas, como a utilização de cimento para rematar a junta entre as pedras à face, se bem que muitas das vezes as paredes não possuem qualquer agente ligante no seu interior, e este acabamento apenas previne a passagem directa do vento ou da água das chuvas.



Ilustração 21. Remate da junta com argamassa de cimento e areia

Existem ainda outros exemplos em que se utiliza a pedra como elemento puramente exterior, sendo a parte interior da parede constituída por alvenaria de bloco de cimento ou parede estrutural de betão.



Ilustração 22. Alvenaria de pedra pelo exterior da parede e alvenaria de bloco de cimento pelo interior

5.5- Madeira - Ilha do Pico

Os Açores possuem uma grande diversidade de espécies florestais capazes de fornecer matéria prima para a construção civil, entre elas destacam-se as seguintes, por serem as mais utilizadas e que existem em maior quantidade:

- Criptoméria (*Cryptomeria Japonica*)

Apesar de não ser considerada uma madeira nobre, por ser de certa forma suave, a criptoméria pela sua facilidade de crescimento, dando arvores de grande porte num curto espaço de tempo, conquistou o seu lugar de destaque na construção civil dos Açores, sendo utilizada como tirantes, vigas, estruturas e forros de tectos, ate em portas e janelas.

- Acácia (*Acacia melanoxylon R. Br.*)

A acácia é uma madeira muito mais resistente, pelo que se usa com muita frequência na confecção de moveis e de janelas e portas, é uma madeira de "limpos", podendo também o seu uso ser mais extenso.

- Pinho (*Pinus Pinaster*)

O pinho também é de certa forma abundante nas ilhas, muito utilizado como soalho, apesar de ser considerada uma madeira suave, tem um bom comportamento, mesmo face às condições climatéricas da RAA, sendo utilizada também na construção de moveis e peças estruturais.

Capítulo 6- Caso de estudo

6.1- Passal de Santo Amaro - Ilha do Pico Açores

A escolha de um caso de estudo, que se inserisse na pretensão desta dissertação, foi tomada com base em alguns princípios, os quais são enumerados abaixo:

- edifício antigo, em alvenaria de pedra;
- sem utilização;
- em estado de degradação;
- com valor histórico e ou patrimonial;
- inserido no meio rural;
- passível de alterações ou melhorias;
- com alguma dimensão e ou representatividade.

Assim, após alguma pesquisa e ponderação, a escolha foi o Passal de Sto. Amaro, na Ilha do Pico, pois, este edifício construído no séc. XVIII, apresentava as melhores condições a uma recuperação, sendo ao mesmo tempo um edifício com valor histórico, inserido numa freguesia muito ligada ao mundo rural e à actividade da construção naval, rica em tradição e cultura.



Ilustração 23. Passal de Santo Amaro - Ilha do Pico Açores

*"Neste contexto de isolamento, os santo-amarenses persistentemente se dedicaram à cultura intelectual, chegando a ser a única freguesia de Portugal inteiro sem um único analfabeto. Assim sendo, o gosto pela musica não podia ser olvidado."*¹⁶

Apesar da sua pequena dimensão, cerca de 12.70 km² de área, Santo Amaro é reconhecido tradicionalmente como o principal estaleiro naval nos Açores, contando também com a Escola Regional de Artesanato de Santo Amaro, símbolos que representam o valor e carácter dos habitantes desta singela freguesia.

O Passal pode ser encontrado na ficha 63.289.5 do Inventário do Património Imóvel dos Açores, onde vem descrito como uma casa em "L", com cisterna nas traseiras e dois pisos úteis, tendo sido residência do pároco da freguesia, foi doado à Igreja.

Actualmente, após ida ao local, para observação directa do edifício, constou-se que o mesmo apresenta um avançado estado de degradação, tanto exterior como interior, necessitando de intervenção, de modo a que o mesmo possa vir a desempenhar novas funções, contribuindo para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que se preserva um edifício com valor histórico.



Ilustração 24. Interior do Passal com evidentes marcas de degradação

¹⁶ Ferreira, Idalmiro "Esta Terra Esta Gente", São Roque do Pico: Câmara Municipal, 1992, p. 43



Ilustração 25. Interior do Passal, servindo de arrumos gerais



Ilustração 26. Pormenor da execução da cobertura em Criptoméria e paredes sem reboco



Ilustração 27. Vão de porta em cantaria, porta inexistente



Ilustração 28. Parede Mestra do Piso 0, evidente degradação e falha estrutural



Ilustração 29. Pormenor da cobertura



Ilustração 30. Solução empreendida para a subida da cobertura na empena da cozinha



Ilustração 31. Vegetação envolvendo o edifício, contribuindo para a degradação



Ilustração 32. Ligação entre existente e posterior aumento do edifício

6.2- Memória Descritiva

Nome - Rui Medeiros

Local - Santo Amaro do Pico Açores

Obra - Reconstrução de edifício para Agro-Turismo

6.2.1 - Introdução

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitectura, na Universidade da Beira Interior, refere-se esta memória descritiva e justificativa, ao projecto de Reconstrução de um edifício para Agro-Turismo, promovido por Rui Medeiros, implantado na freguesia de Santo Amaro do concelho de São Roque da Ilha do Pico.

Serve a presente memória descritiva e justificativa, como elemento fundamental para a descrição do projecto de arquitectura, de modo a que o mesmo possa mais facilmente ser compreendido, contribuindo de forma activa para uma melhor execução da obra.

O imóvel, actualmente pertencente à Igreja, encontra-se descrito na ficha 56/Pico do "Arquivo da Arquitectura Popular dos Açores" e na ficha 63.289.5 do Inventário do Património Imóvel dos Açores.

6.2.2 - Adequabilidade do projecto

Inserida, segundo o PDM, no espaço urbano de Santo Amaro, a operação urbanística, apresenta-se como uma reconstrução, à qual se aplicam as políticas de ordenamento do território, estando em conformidade com as disposições aplicáveis, as quais abaixo se descrevem:

- A reconstrução surge no local de uma construção existente;
- A obra surge num prédio com acesso ao arruamento;
- O índice de construção bruta passa de 410.28 m² a 459.80 m²;
- A cércea mantêm-se em 6.60m;
- Mantêm-se os alinhamentos, alterando-se a volumetria de 2707.85 m³ para 3034.68 m³;
- O provimento de energia eléctrica e abastecimento de águas está assegurado;
- O imóvel possui valor histórico e cultural.

6.2.3 - Descrição do existente

O edifício referido encontra-se devoluto, sem utilização actual como habitação, servindo como armazém para arrumos de material das festas da freguesia (bancos e mesas de império) e peças de iluminação, serve muitas vezes também como armazém de milho. Apesar disso continua a ser um edifício com qualidade arquitectónica e valor tanto histórico como cultural.

O edifício foi construído no final do séc. XVIII, tendo sido executado em alvenaria de pedra aparelhada poligonal rústica e alvenaria de pedra talhada, com algumas secções rebocadas, enquanto outras apenas possuem preenchimento da junta entre as pedras, é constituído por 2 pisos, sem sótão, com fachadas desiguais e a cobertura, de 5 águas é rematada com cornija em 3 dos seus 8 lados, sendo que nos restantes 5 lados o remate se apresenta sem cornija e à face das paredes.

No que diz respeito ao estado de conservação do imóvel, é importante referir que os paramentos se encontram consolidados, mas o estado de degradação superficial do exterior é muito evidente, referentemente aos rebocos e pinturas, assim como os interiores que apresentam um avançado estado de degradação, tanto das paredes como dos pavimentos, em tabique e soalho respectivamente, pelo que se propõe a total demolição dos mesmos e eventual remodelação.

A cobertura é o elemento que actualmente apresenta menores problemas, devendo apenas ser executadas acções de recuperação de algumas zonas danificadas, no beiral principalmente, enquanto que se propõe substituir as secções onde esta se encontra executada em telha regional, tipo "calha e coberta" por telha igual à restante cobertura (Argibetão) . As janelas e portas, são inexistentes ou estão danificadas na maioria dos casos, devendo ser repostas por novas, mantendo o seu desenho e materiais.

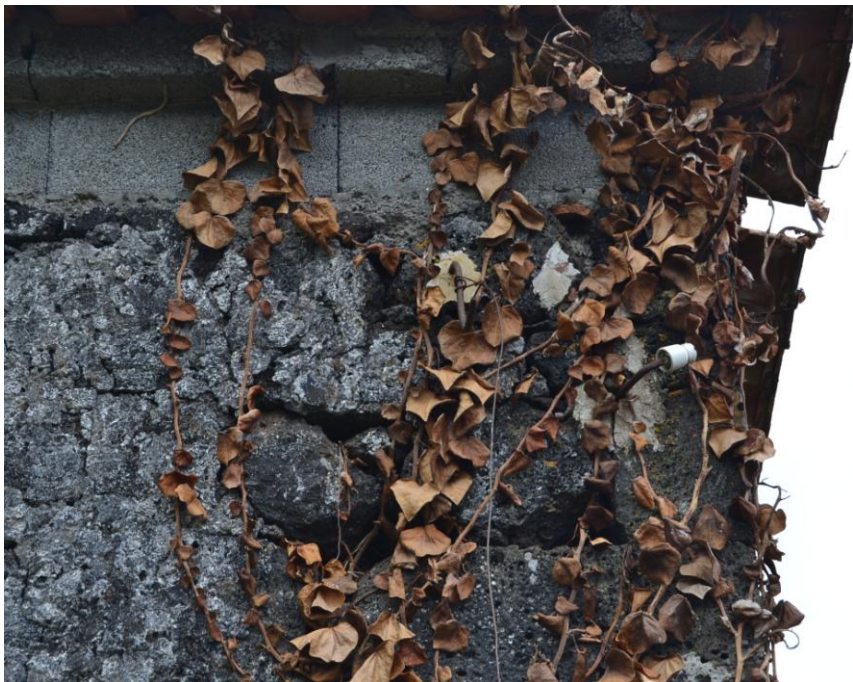


Ilustração 33. Falhas evidentes nas fachadas e cobertura



Ilustração 34. Falhas evidentes nas divisórias em tabique



Ilustração 35. Estado de conservação do piso térreo, soalhos em mau estado

Os desenhos referentes ao levantamento do imóvel encontram-se em nas peças desenhadas, em anexo, com os seguintes números:

- Nº 5 - Planta Rés do Chão
- Nº 6 - Planta Piso 1
- Nº 7 - Cobertura
- Nº 8- Alçados Norte e Este
- Nº 9 - Alçados Sul e Oeste
- Nº 10 - Corte 01
- Nº 11 - Corte 02

6.2.4 - Descrição do Proposto

Localizado na freguesia de Santo Amaro, o imóvel encontra-se numa zona muito própria do concelho de São Roque do Pico, com uma forte historia local, ligada à construção naval e ao artesanato, mostrando-se como uma localização apropriada para o empreendimento de Agro-Turismo, considerando-se a utilização como adequada e economicamente viável, ao mesmo tempo que se promove a actividade turística, valorizando o património edificado.

A proposta vem dar cumprimento na íntegra às condições gerais de instalação, bem como disponibilização das infra-estruturas e equipamentos exigíveis, facultando-se na falta, de estacionamento privativos e públicos nas imediações do edifício, em terreno pertencente ao mesmo, mas afastado o suficiente para não perturbar os ocupantes do edifício em questão.

O conceito do projecto tem como base o existente, alterando-se fundamentalmente apenas o interior, com a inclusão de novos elementos, que irão misturar um pouco o contemporâneo com o passado, configurando um ambiente mais funcional e ao mesmo tempo mais acolhedor, com pequenas alterações à sua relação formal e funcional com a envolvente, a cobertura não sofrerá grandes alterações, à excepção da substituição das telhas em pequenas secções desta.

As paredes de alvenaria de pedra, serão picadas até que a pedra fique à vista, nos casos em que é rebocada e nos casos em que apenas as juntas se encontram preenchidas, estas serão picadas também na íntegra de modo a que se possa proceder à limpeza por jacto de água, para que a cal e barro possa melhor ser eliminadas, facilitando a agregação dos materiais posteriormente colocados, ou seja, preenchimento do interior das paredes com cimento injectado e revestimento das paredes em ambas as faces com malha sol ou rede zincada, com afastamento aos vãos em cerca de 0.25m a 0.30m, deixando a cantaria das portas e janelas à vista, rebocando e pintando em cor branca todas as paredes de alvenaria.

No interior as paredes serão pintadas em diferentes cores, consoante a sua posição, predominando a cor branca para as zonas comuns e os tons de pastel para as zonas privadas.

As caixilharias dos vãos de janelas e portas, serão todos substituídos, repostos em madeira seguindo o estilo antigo, com aros pintados em cor azul e folhas em cor branca, mantendo-se as janelas em guilhotina, com aros em cor azul e armação da janela em cor branca, com adição de gólosias pelo exterior pintadas em cor azul.

As zonas comuns estão distribuídas pelo Piso 0, com 2 acessos, um para a recepção e outro para a "Adega", e pelo Piso 1, com 3 acessos, um para a cozinha, um para zona de ligação aos quartos e um para sala de leitura, estando os serviços confinados ao piso 0, com 1 acesso. No Piso 0 encontra-se também uma suite com instalação sanitária privativa, para uso da entidade exploradora, já que a sua permanência na habitação é imprescindível ao funcionamento da mesma, contando ainda com uma pequena sala acoplando uma cozinha e zona de comer.

A "Adega", zona central do Piso 0, será o espaço mais comunitário do conjunto, sendo a zona que mais modificações irá sofrer, isto é, eliminação de uma porta, convertida em arco de alvenaria, ligando à cisterna, que passa a ter acesso interior, distribuindo-se o espaço em duas zonas, uma de lazer e outra de trabalho, dando acesso também a uma instalação sanitária simples.

A cozinha, no Piso 1, como uma das peças centrais do edifício, irá ser remodelada de modo a melhor acomodar a nova actividade, mantendo-se o forno existente fará ligação sem divisões com a zona de comer e com uma pequena zona de descanso, criando assim uma zona comum de dimensões generosas, sendo ainda zona de ligação com a passagem para os quartos.

A zona de ligação entre a sala de leitura e a cozinha, irá ser o ponto de ligação com os quartos, sendo esta zona toda uma nova adição ao edifício pré-existente, aumentando assim um pouco a área de implantação, ligando a cisterna exterior à habitação, desfazendo um pouco a forma do edifício em "U", tornando-o num edifício em "L", esta ligação dará acesso também ao espaço de lazer exterior do edifício, localizado na parte posterior.

6.2.5 - Áreas e Índices

Levantamento

Área de Implantação	227.17 m ²
Área de Construção	410.28 m ²
Número Total de Pisos	2
Cércea Média	6.60m
Volume de Construção	2707.85 m ³

Proposta

Área de Implantação	251.16 m ²
Área de Construção	459.80 m ²
Número Total de Pisos	2
Cércea Média	6.60m
Volume de Construção	3034.68 m ³
Nº de camas duplas	3
Nº de camas simples	2
Nº de camas extra	2
Capacidade de indivíduos	8

6.2.6 - Construção

6.2.6.1 - Estrutura e fundações

As sapatas ou sapata linear do edifício será parcialmente posta à vista, procedendo-se ao enchimento, por injeção, das mesmas com argamassa de cimento e areia, solidificando assim a base do edifício, as lajes serão executadas em vigotas e abobadilhas, enquanto que as vigas, cintas e pilares necessários serão executados em betão armado.

6.2.6.2 - Paredes

As paredes interiores serão formadas por Viroc no exterior, seguido de isolamento tipo Wallmate e armação em madeira de criptomeria com vãos preenchidos por lã de vidro, perfazendo um total de 0.18m de espessura, sendo acabadas a liso, pintadas de cor branca ou em tom de pastel, consoante a sua posição, sendo as paredes das instalações sanitárias ainda cobertas com grés cerâmico.

Os paramentos exteriores são em alvenaria de pedra de basalto, com cerca de 0.70m, sendo rebocados a argamassa de cimento e areia, com acabamento liso areado, pintado em cor branca, com tinta de água, á excepção das zonas em volta dos vãos das janelas e portas, os quais irão manter a pedra de cantaria à vista, procedendo-se à sua limpeza com jacto de areia.

6.2.6.3 - Pavimentos

Os pavimentos interiores serão executados em madeira de pinho e em grés cerâmico, ficando a madeira reservada aos quartos e o cerâmico às restantes divisões, na "Adega" parte do pavimento será constituído por brita, estando esta confinada à zona de trabalho da mesma.

6.2.6.4 - Tectos

Os tectos serão feitos em madeira de criptomeria, trabalhada e envernizada, acoplados a estrutura de madeira ligada aos tirantes, na zona dos quartos, enquanto que na cozinha o tecto estará à vista, aumentando o pé direito desta zona, isto no Piso 1, por outro lado os tectos do Piso 0 serão revestidos a argamassa de cimento e areia, com acabamento liso e estanhado, pintado de cor branca, com tinta de água.

6.2.6.5 - Cobertura

A cobertura será revestida a telha do tipo Argibetão, devendo ser retirada para colocação de isolamento térmico do tipo Roofmate e colocação de tela impermeabilizante respirável, sendo ajustado o ripado, procedendo-se também à substituição das telhas regionais nas zonas onde se encontrem por telha do tipo anteriormente referido.

6.2.6.5 - Caixilharias

As caixilharias dos vãos de portas e janelas exteriores serão executados em madeira de acácia, pintados os aros em cor azul e as folhas em cor branca, os vãos das portas interiores serão executados em madeira de acácia, pintados com verniz mate que não altere a cor da madeira.

6.2.6.5 - Ventilação

A ventilação dos espaços é directa ao exterior, à excepção das instalações sanitárias interiores onde esta será forçada, através de instalação de conduta.

6.2.6.6 - Acessibilidades

É possível aceder ao edifício por viatura, estando os estacionamentos afectos ao imóvel colocados nas proximidades do mesmo, enquanto que o acesso ao interior do edifício é feito pedonalmente, pois, não existe garagem neste, as entradas terão a soleira executada com desnível do interior para o exterior com uma altura de 0.02m.

O acesso ao Piso 1 é efectuado por meio de escadas ou através de rampa que circunda parte do edifício, permitindo assim o acesso a pessoas com mobilidade condicionada, não existindo acesso interior ao piso inferior, este será acedido apenas pelo exterior.

Nas cozinhas e entradas existe um espaço livre que permite uma manobra de rotação de 360°, com um raio superior a 0.75m, as medidas dos equipamentos também permitem a sua utilização por qualquer pessoa em qualquer situação.

Os vãos das portas têm uma largura útil nunca inferior a 0.80m.

Os pavimentos serão executados de forma a garantir que estes sejam estáveis, duráveis, firmes, contínuos e sem desníveis no interior, na cozinha e instalações sanitárias o pavimento será anti-derrapante, de forma a garantir uma boa aderência, com qualidade de drenagem superficial e secagem rápida, tendo uma inclinação de 2% para ao exterior ou para tubo de drenagem.

Uma das suites foi projectada a pensar na comodidade das pessoas com mobilidade condicionada, possuindo uma instalação sanitária que respeita as normas legais para instalações do género.

6.3- Peças desenhadas

1. <u>Plano Director Municipal</u>	1/25000
2. <u>Plano de Ordenamento da Orla Costeira</u>	1/25000
3. <u>Localização</u>	métrica
4. <u>Caracterização</u>	métrica
5. <u>Levantamento - Planta Rés do chão</u>	1/100
6. <u>Levantamento - Planta Piso 1</u>	1/100
7. <u>Levantamento - Cobertura</u>	1/100
8. <u>Levantamento - Alçados Norte e Este</u>	1/100
9. <u>Levantamento - Alçados Sul e Oeste</u>	1/100
10. <u>Levantamento - Corte C01</u>	1/50
11. <u>Levantamento - Corte C02</u>	1/50
12. <u>Vermelhos e Amarelos - Rés do chão</u>	1/100
13. <u>Vermelhos e Amarelos - Piso 1</u>	1/100
14. <u>Vermelhos e Amarelos - Cobertura</u>	1/100
15. <u>Proposta - Rés do chão</u>	1/100
16. <u>Proposta - Piso 1</u>	1/100
17. <u>Proposta - Cobertura</u>	1/100
18. <u>Proposta - Alçados Norte e Este</u>	1/100
19. <u>Proposta - Alçados Sul e Oeste</u>	1/100
20. <u>Proposta - Corte C03</u>	1/50
21. <u>Proposta - Corte C04</u>	1/50

Conclusão

Existe uma grande quantidade de edifícios devolutos que merecem a nossa atenção, eles são parte integrante daquilo que nos identifica, marcando a sua presença, mostrando-nos que o esforço do homem ultrapassa muitas vezes a barreira física, expondo todo o seu engenho e capacidade de enfrentar desafios, o Pico é disso um perfeito exemplo.

Esta dissertação é de certa forma uma homenagem a esses mesmos homens que com o seu duro labor conseguiram criar edifícios que perduram até aos nossos dias, construindo com os materiais que se encontravam no local, designadamente pedra e madeira, mantendo uma certa "traça" identificativa ou puramente funcional, em que os elementos estéticos eram muitas vezes relegados para segundo plano, mas nunca totalmente esquecidos, revistos na forma como a pedra era aparelhada em cantaria, para vãos de janelas e portas, cunhais e vigas, demonstrando a sua capacidade de dominar os materiais.

A ilha do Pico é na sua essência a ilha da construção em pedra, utilizada por toda a parte, seja na construção de edifícios, muros de suporte, muros divisórios de terrenos ou currais para protecção da vinha, entre outros usos, o que também lhe confere um certo ar de ilha negra, pelo negrume do basalto exposto um pouco por toda a parte.

No presente estudo verificou-se que existem muitos edifícios já recuperados para utilização do Turismo, ao mesmo tempo que outros estão em fase de desenvolvimento para o mesmo efeito, contribuindo para a economia local, mantendo a história e tradição vivas, podendo assim dar a conhecer a quem nos visita, os aspectos que mais marcam a identidade do povo açoriano, assim, foram apresentados três exemplos de edifícios, todos eles com funções diferentes que foram reabilitados com sucesso e são hoje um exemplo a seguir, no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos para a recuperação do património histórico ou cultural.

O Município de São Roque do Pico tem feito um grande esforço para se manter na linha da frente no que diz respeito à preservação do seu património histórico ou cultural, patenteando mesmo o nome "Capital do Turismo Rural", o que demonstra o real interesse em aproveitar todo o potencial que o turismo oferece.

Tentou-se acima de tudo, nesta investigação perceber um pouco sobre a historia dos Açores, sobre a ilha do Pico e sobre o concelho de São Roque, onde se integra o caso de estudo, entender o conceito de turismo, saber como e o que avaliar numa inspecção a um edifício, de modo a perceber quais as falhas que existem, desde as fundações até à cobertura e promover soluções para a recuperação ou reconstrução de edifícios antigos.

Bibliografia

Azevedo, E. B. "Modelação do Clima Insular à Escala Local. Modelo CIELO aplicado à ilha Terceira - Tese de Doutoramento", Universidade dos Açores, 1996

Appleton, João "Reabilitação de Edifícios Antigos - Patologias e tecnologias de intervenção", Edições Orion, 2003

Coias, Vitor "Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios", Printer Portuguesa, 2006

Capital do Turismo Rural -<http://www.municipiosrp.pt/Default.aspx?Module=Noticia&ID=1437>

Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto - <dre.pt/pdf1s/2009/08/15800/0533605341.pdf>

Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março - <dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.pdf>

Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março -
<dre.pt/application/dir/pdfgratis/2002/03/059A00.PDF>

Ferreira, Idalmiro "Esta Terra Esta Gente", São Roque do Pico: Câmara Municipal, 1992

História dos Açores - www.azoresweb.com/historia_acoresh.html

João Vieira Caldas - Licenciado em Arquitectura (ESBAL,1977). Mestre em História de Arte (FCSH-UNL,1988). Assistente no IST. - www.inventario.iacultura.pt/pico/s-roque/habitacao.html

Manual de Normas Gráficas -
http://issuu.com/comunicaratitude/docs/manual_de_normas_graficas_capital_t

Relatório do Estado do Ordenamento do Território -
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105469/2_Enquadramento

Anexo I

Fichas do Inventário do Património Imóvel dos Açores

- Passal de Santo Amaro
- Convento de São Pedro de Alcântara
- Casa do Ouvidor de São Roque
- Fábrica de Vitaminas Óleos Farinhas e Adubos

5

63.289.5 **PASSAL DE SANTO AMARO****SANTO AMARO** • NAS TRASEIRAS DO CENTRO PAROQUIAL

EDIFÍCIO ISOLADO

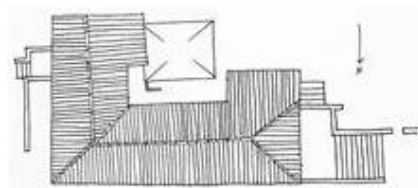
ARQUITECTURA DOMÉSTICA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC.XVIII/SÉC.XIX



seguintes >

mapa: 289



DESCRIÇÃO: Casa em "L", com dois pisos e cisterna nas traseiras. Os dois braços do "L" têm comprimento aproximadamente igual e, nas extremidades, pequenas extensões que esboçam uma implantação em "U".

O braço onde se salienta a chaminé tem balcão e uma cisterna acoplada no tardo.

O outro corpo tem também um balcão junto ao portal de pedra de acesso às traseiras do edifício.

As paredes e escadas são em alvenaria de pedra e a cobertura é em telha de meia-cana tradicional, com algumas substituições com telha recente.

Em redor do edifício existem terrenos, muros e um curral a ele pertencentes.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Mau

FUNÇÃO INICIAL: Habitação

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA: Ficha 56/Pico do "Arquivo da Arquitectura Popular dos Açores"

OBSERVAÇÕES: Imóvel doado à igreja. Foi residência do pároco da freguesia.

DATA DE LEVANTAMENTO: 1998-01-28

50

63.201.50 CONVENTO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SÃO ROQUE • RUA JOÃO BENTO DE LIMA

EDIFÍCIO ISOLADO

ARQUITECTURA RELIGIOSA

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
(Decreto nº129/77, de 20 de Setembro)

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC.XVIII

< anteriores



seguintes >

mapa: 201



DESCRIÇÃO: Convento com igreja, claustro e corpos adjacentes característicos da sua função conventual. No edifício ainda se mantém o local do antigo refeitório, celas e outras instalações. A cozinha original (de grandes dimensões) foi completamente destruída.

O claustro, quadrangular, tem ao centro um cruzeiro (já sem cruz), formado pelo pilar, pedestal e base (quatro degraus em círculos concêntricos). Cada lado do claustro tem cinco arcos de volta perfeita, sendo o arco do meio o vão de passagem para o pátio do claustro. Os arcos e os pilares são em pedra aparelhada, bem como o pavimento.

A igreja tem nave única com coro alto, púlpito, dois altares laterais e altar-mor. No coro alto tem um cadeiral em madeira. O púlpito, com a base em pedra, é de madeira, com uma sanefa em talha dourada. Abaixo do púlpito, incrustados na parede, existem baixos-relevos, em pedra, com a heráldica do convento. Na mesma parede onde se situa o púlpito existem três confessionários completamente incrustados na parede, com entrada pelo lado do claustro. Os dois altares laterais e o altar-mor são em talha dourada barroca. O tecto da cabeceira tem uma pintura sobre madeira com motivos vegetalistas. As paredes da cabeceira apresentam dois grandes painéis de azulejos policromos. No interior da igreja existe um fonte/lavabo em pedra trabalhada.

A fachada compreende uma secção correspondente ao corpo da igreja e a torre sineira com dois campanários. No piso inferior, tem três arcos (dois abrem-se para a entrada da igreja e o outro para a torre sineira), encimados por quatro janelas. No último piso estão os campanários e o frontão triangular com um nicho onde se encontra a imagem de São Francisco de Assis. O frontão é rematado por uma cruz. Os três pisos estão separados por faixas horizontais em pedra. Todos os cunhais, molduras, limites laterais dos aventais, cimalha, soco e pilastras são em pedra à vista, enquanto a superfície das paredes é rebocada e caiada.

Em redor do convento ainda existem vestígios da cerca original: na sua frente, observam-se muros, uma cisterna e escadarias de acesso a uma zona de quintais situada a uma cota inferior; nas traseiras existe um poço de maré, de secção quadrada, em pedra aparelhada, de grande profundidade.

O recinto à frente da igreja tem várias árvores (metrosíderos e uma araucária). Neste local situa-se um monumento em homenagem a João Bento de Lima.

ELEMENTOS NOTÁVEIS: Igreja do convento

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Convento franciscano

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA: *Convento S. Pedro de Alcântara*, José Idalmiro Ávila Ferreira, Junta de Freguesia de São Roque do Pico, São Roque do Pico, 1996; *Conventos Franciscanos na Ilha do Pico (Notas Históricas)*, Ermelindo Ávila, Câmara Municipal de São Roque do Pico, São Roque do Pico, 1990; Ficha 35/Pico do "Arquivo da Arquitectura Popular dos Açores"; Ficha 23 do "Inventário do Património Cultural Edificado do Plano Geral de Urbanização da Vila de São Roque";

OBSERVAÇÕES: Após a saída dos frades o convento serviu de estabelecimento prisional, tribunal, repartição de finanças, câmara municipal, sala de espectáculos (cinema), sede de associações culturais e desportivas, etc. O poço de maré, situado nas traseiras do convento, localiza-se actualmente numa propriedade particular.

DATA DE LEVANTAMENTO: 1998-02-08

38

63.200.38 CASA DO OUVIDOR DE SÃO ROQUE

SÃO ROQUE • ESTRADA REGIONAL, PRÓXIMO DA RIBEIRA SECA

EDIFÍCIO ISOLADO

ARQUITECTURA DOMÉSTICA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC.XVIII



< anteriores



seguintes >

mapa: 200

DESCRIÇÃO: Casa de influência erudita com características da "arquitetura chã".

O corpo da habitação tem a planta em "U", com um dos braços, em cujo extremo se encontra a cozinha, ligeiramente mais comprido. Tem como anexos uma cisterna com duas aberturas, uma atafona e currais para animais.

A habitação desenvolve-se em dois pisos, com lojas e adega no piso inferior e a habitação propriamente dita no piso superior, que fica ao nível da estrada. A cozinha, embora ao mesmo nível da habitação, assenta directamente no terreno. A entrada principal da habitação processa-se através de um grande balcão numa das fachadas laterais. A entrada da cozinha dá para um pequeno balcão na outra fachada lateral, em frente à qual se situam a cisterna, os currais para animais e a atafona.

O que resta do telhado tem telha de meia-cana tradicional.

O imóvel tem possantes cunhais e largas faixas horizontais de cantaria (soco, separação dos pisos e junto à cornija) unidas verticalmente pelas ombreiras dos vãos. A fachada principal tem uma disposição absolutamente simétrica, com uma faixa de cantaria (pilastra) no eixo de simetria. Na fachada lateral, da entrada, existe uma janela de peito com avental em "V".

ELEMENTOS NOTÁVEIS: Possantes cunhais e largas faixas de cantaria nas fachadas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Ruína

FUNÇÃO INICIAL: Habitação

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA: Ficha 39/Pico do "Arquivo da Arquitectura Popular dos Açores"; Ficha 33 do "Património Cultural Edificado do Plano Geral de Urbanização da Vila de São Roque".

DATA DE LEVANTAMENTO: 1998-02-16

62

63.187.62 FÁBRICA DE VITAMINAS, ÓLEOS, FARINHAS E ADUBOS

SÃO ROQUE • CAIS DO PICO

CONSTRUÇÃO UTILITÁRIA

ARQUITECTURA INDUSTRIAL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC.XX

< anteriores



seguintes >

mapa: 187



DESCRIÇÃO: Fábrica de indústria baleeira, constituída por três corpos rectangulares, alinhados pela fachada, com cisterna acoplada. Este complexo integra ainda, como edifícios anexos: uma oficina de carpintaria naval (com prolongamento recente para instalação de uma serra mecânica vertical) e oficinas de tanoeiro e serralheiro. Num corpo posterior (com duas chaminés) encontram-se as oficinas de ferreiro e fundidor. No alinhamento destes edifícios, junto à Estrada Regional, situa-se ainda o edifício onde se instalava a administração e o laboratório da fábrica.

A fachada principal do edifício da fábrica tem quatro portões de madeira, pintada de amarelo, e vários janelões. A alvenaria é rebocada e pintada de branco. A cobertura é de duas águas em telha de meia-cana.

Na frente da fábrica situam-se as máquinas do guincho e uma plataforma com rampa para o mar, por onde eram içados os cachalotes.

Junto do edifício da fábrica situa-se uma grande chaminé em alvenaria de pedra.

ELEMENTOS NOTÁVEIS: Chaminé em alvenaria de pedra.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Fábrica de indústria baleeira

FUNÇÃO ACTUAL: Museu da Indústria Baleeira de São Roque do Pico e habitação

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA: Ficha 12 do "Inventário do Património Cultural Edificado do Plano Geral de Urbanização da Vila de São Roque".

OBSERVAÇÕES: No interior existe toda a maquinaria da fábrica. A Fábrica de Vitaminas, Óleos, Farinhas e Adubos das "Armações Baleeiras Reunidas, L.da" laborou de 1946 a 1984.

DATA DE LEVANTAMENTO: 1998-02-06